

Patricia Pereira de Souza

**Constituição do ensino superior de Educação Física no
Espírito Santo (1931-1972).**

Universidade Federal de Minas Gerais

Faculdade de Educação

Mestrado em Educação

Belo Horizonte

2011

Patricia Pereira de Souza

**Constituição do ensino superior de Educação Física no
Espírito Santo (1931-1972).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação "Conhecimento e Inclusão Social" da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de Concentração: História Cultural e Educação.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Mendes de Faria Filho.

Co-orientador: Prof. Dr. Tarcísio Mauro Vago

Belo Horizonte

Janeiro de 2004

**Constituição do ensino superior de Educação Física No Espírito
Santo (1931-1972).**

Patricia Pereira de Souza

Dissertação defendida em 30 de Janeiro de 2004 sendo a Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Luciano Mendes de Faria Filho. (UFMG; Orientador)

Prof. Dr. Tarcisio Mauro Vago. (UFMG; Co-Orientador)

Prof. Dr^a. Eustáquia Salvadora de Souza. (UFMG)

Prof. Dr. Carlos Fernando Ferreira da Cunha Júnior. (UFJF)

Prof. Dr^a. Maria Cristina de Souza Gouveia (UFMG suplente)

HOMENAGEM

A minha família pelo apoio constante.

AGRADECIMENTOS

A construção desta pesquisa dependeu da colaboração de pessoas especiais que participaram das diversas fases do estudo. Agradeço:

Ao Luciano Mendes de Faria Filho, um orientador atencioso que consegue como poucos ser amigo, carinhoso, e ao mesmo tempo preciso e equilibrado ao indicar os passos a seguir em busca do crescimento profissional;

ao Prof. Dr. Tarcisio Mauro Vago, co-orientador que carinhosamente chamava de minha "mãe acadêmica", sempre afetuoso e sorridente e que mesmo nos momentos de atrito e dificuldade tinha uma palavra de encorajamento e amizade. A Educação Física tem seus "personagens formadores" e você com certeza já é um deles;

ao Fabrine Leonard Silva, amigo presente durante o mestrado na alegria, na tristeza, na raiva e nas boas tardes de café em Caxambu;

à Rose, secretária da Pós-Graduação da FaE-UFMG, sempre atenciosa, simpática e sorridente, uma ajuda indescritível para quem faz pesquisa fora do Estado;

aos "professores formadores", pela forma gentil e bem disposta com que me receberam e forneceram informações riquíssimas para o trabalho;

ao CEFD-UFES, pela liberação sem reservas de seu arquivo;

A amiga-irmã, Ana Maria Alvarenga e seus pais, que com muita descontração me permitiram seu computador por várias vezes, dando a oportunidade de participar do seu divertidíssimo convívio familiar. A vocês meu carinho especial

RESUMO

SOUZA, Patricia Pereira de. Constituição do ensino superior de Educação Física no Espírito Santo (1931 a 1972). Belo Horizonte, 2003. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

O objetivo desta pesquisa foi estudar a história do Centro de Educação Física e Desportos (CEFD) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). O foco do estudo foi a análise da constituição do ensino superior em Educação Física no Espírito Santo através das práticas de ensino de seus professores formadores, responsáveis pelas disciplinas da área consideradas como setor das matérias Gímnicas-Desportivas, assim designadas, segundo o Parecer n.º 864/69. Justifico a escolha dessas disciplinas por serem estas as matérias que, na Escola de Educação Física do Espírito Santo, sofreram mais dificuldades e alterações devido à insuficiência de espaço, tempo e material didático verificada em vários momentos, tendo os professores responsáveis por essas matérias que formular, meios de ministrar suas aulas, ainda que em locais não adequados. O trabalho privilegiou como questão central: Como se configurava o ensino, o cotidiano das práticas de ensino no CEFD-UFES, durante as décadas de 30 a 70, considerando as mudanças e transformações ocorridas durante todo o seu processo histórico desde a fundação da Escola de Educação Física do Espírito Santo até a inauguração do CEFD-UFES? A História Oral foi o procedimento metodológico que norteou a produção de fontes. A seleção dos entrevistados ocorreu através das fichas funcionais e em folhas de pagamento conseguidas no DRH-UFES e no Arquivo Morto do CEFD-UFES, sendo entrevistados 6 (seis) professores. Além das fontes orais, busquei fontes de naturezas diversas, tais como: documentos oficiais, currículos, regimentos, regulamentos e periódicos. Na pesquisa, concluí que os programas e currículos de cursos têm o seu mérito, entretanto, são os espaços físicos e os materiais didáticos e humanos que nortearam as práticas de ensino da instituição. Destaco, também, a relevância da figura do professor Aloyr Queiroz de Araújo cuja trajetória de vida está vinculada à história do CEFD-UFES e da Educação Física no Espírito Santo. Sobre a concepção de Educação Física e de formação de professores para os aqui tratados como mestres formadores, era uma visão nacionalista e de formação profissional técnico. A Escola possuía em seus quadros tanto profissionais que seguiam o que já estava proposto e obedeciam a ordens e regras, como docentes que procuravam efetuar uma formação que incitava o aluno a pensar e ter opiniões próprias.

ABSTRACT

SOUZA, Patricia Pereira de. *The Constitution of Physical Education Higher Teaching in Espírito Santo State (1931 to 1972)*. Belo Horizonte, 2003. Master Thesis - Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

This research aimed to study the history of the Physical Education and Sports Center ("Centro de Educação Física e Desportos", or CEFD) of the Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). This study focused on the analysis of the constitution of higher education in physical education in the state of Espírito Santo through the teaching practices of the key teachers in charge of the subjects of those areas considered as part of the Gymnastics Sports Sector, as defined by Technical Report nr. 864/69. These subjects were chosen because they were those that suffered greater difficulties and modifications in the Espírito Santo Physical Education School due to lack of space, time and didactic materials at several points, the teachers responsible having had to elaborate means of imparting their classes even in unsuitable spaces. The main focus of the work was: how did the teaching and the day-to-day teaching practices shape themselves at the CEFD-UFES from the 1930's to the '1970's, considering the changes which took place all through its historic process, from the foundation of the Espírito Santo Physical Education School to the inauguration of the CEFD-UFES? Oral history was the methodological procedure which guided the selection of sources. Selection of interviewees was done by means of function files and payroll sheets obtained at the DRH-UFES and in the archives of the CEFD-UFES. Six teachers were interviewed. In addition to oral sources, various other sources were consulted, such as official documents, resumes, statutes, bylaws and newspapers. The research led to the conclusion that although the course programs, and curricula have their worth, it is the physical spaces and the human and didactic materials that guided the institution's teaching practices. Among relevant figures, teacher Aloyr Queiroz de Araújo stood out, as his life history is linked to the history both of CEFD-UFES and of physical education teaching in Espírito Santo State. As to the conception of physical education and of teacher formation in the eyes of those herein treated as "forming teachers", a nationalistic and technical-professional vision prevailed. The School had in its staff both teachers who followed the existing guidelines and obeyed rules and regulations, as well as those who sought to incite the students to think and elaborate personal opinions.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	p.09
INTRODUÇÃO	p.15
CAPÍTULO 1. ANTECEDENTES HISTÓRICOS.	p. 22
1.1 A ESCOLA DE EDUCAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO	p. 25
1.2 O CURRÍCULO E O REGULAMENTO DA ESCOLA	p. 28
1.3 OS DOCENTES/PROFESSORES FORMADORES E SEUS ALUNOS.	p. 31
1.4 O ESPAÇO FÍSICO E A ESCOLA	p. 35
1.5 O ESPAÇO FÍSICO COMO DETERMINANTE DAS PRÁTICAS DE ENSINO ...	p. 39
CAPÍTULO 2. ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIVERSIDADE DO ESPÍRITO SANTO	p. 41
2.1 A ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA	p. 46
2.2 A CONSTRUÇÃO ESPACIAL DA ESCOLA: EIXO ESPAÇOS-PRÁTICAS DE ENSINO	p. 48
2.3 INICIATIVAS QUE VISAVAM A QUALIFICAÇÃO DOCENTE.	p. 66
2.4 O DIRETOR ALOYR QUEIROZ DE ARAÚJO E A AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DO CURSO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA ESCOLA.	p. 70
CAPÍTULO 3. CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO.	p. 81
3.1 A TRANSFERÊNCIA PARA O CAMPUS UNIVERSITÁRIO E INAUGURAÇÃO DO CEFD-UFES	p. 88
3.2 O ENSINO E A PESQUISA NO CEFD-UFES.....	p.94
3.3 A FORMAÇÃO E A QUALIFICAÇÃO DOCENTE DO CEFD-UFES	p. 98
CONCLUSÃO.....	p.102
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	p.108

APRESENTAÇÃO

A proposta deste trabalho foi estudar a história do Centro de Educação Física e Desportos (CEFD) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). O foco do estudo foi a análise da constituição do ensino superior em Educação Física no Espírito Santo através das práticas de ensino de seus professores formadores¹. Para isso, investiguei a história do Centro desde a sua fundação, em 1931, quando era então denominada Escola de Educação Física do Espírito Santo, até 1971, quando da transferência do já CEFD-UFES para o campus universitário de Goiabeiras.

A opção pelo estudo da história do CEFD-UFES, focando no ensino nessa instituição e na ação dos seus docentes formados, justifica-se, primeiramente, por ser essa Escola a primeira e, por quase 10 anos, a única escola formadora de ensino superior em Educação Física do Espírito Santo². Logo, pesquisar sobre essa instituição foi pesquisar sobre a formação de professores e ensino superior em Educação Física nesse Estado.

Com o meu interesse pela instituição e após a leitura desses estudos, resolvi pesquisar a ação dos docentes que atuaram na formação de professores no CEFD-UFES. Contudo, procurei centrar a análise do trabalho na ação dos professores responsáveis pelas disciplinas da área, consideradas como setor das matérias Gímnico-Desportivas, assim designadas, segundo o Parecer n.º 864/69, aprovado em 02 de Dezembro de 1969³, que tratava sobre o currículo mínimo para a Educação Física. Sendo essas matérias: Ginástica (feminina e masculina); Rítmica, que substituiria Dança, permitindo assim a oferta da disciplina aos sexos feminino e masculino; Recreação, Natação e Atletismo. Encaixando-se nesse mesmo setor,

¹Tratamos, neste texto, os termos PROFESSORES FORMADORES, PERSONAGENS FORMADORES E MESTRES FORMADORES, como sinônimos.

² A segunda instituição de ensino superior em Educação Física no Espírito Santo foi criada em 1999 pela Universidade de Vila Velha.

³ CFE, 1969, p. 156

estão as matérias optativas como: Basquetebol, Box, Esgrima, Judô, Karatê, Voleibol, etc.

Estudando a História da Escola de Educação Física do Espírito Santo, percebi que essas disciplinas foram as que mais dificuldade e alterações sofreram devido a insuficiência de espaço, tempo e material didático verificada em vários momentos, tendo os professores responsáveis por essas matérias que formular meios de ministrar suas aulas, mesmo quando em locais não adequados.

Para tanto, adotei História Oral como procedimento metodológico que norteou a produção de fontes. Sobre pesquisas com fonte oral, elas podem ser sistematizadas de três formas: o relato proveniente de um único informante que seja suficiente para compor a pesquisa; o depoimento de vários entrevistados, os quais poderão compor um único trabalho referente a um tema comum aos depoimentos; relatos provenientes das entrevistas realizadas com materiais conseguidos pela utilização de outros métodos. (THOMPSON 1992).

Seguindo a orientação de Thompson (1992), Alberti (1989) e Meihy (1996), primeiramente apresentei o projeto ao entrevistado, informando-lhe os motivos, as justificativas e os objetivos do registro de suas memórias. Obtendo a concordância do entrevistado em colaborar com o trabalho, foi marcado, de acordo com suas conveniências, o local, dia e horário do primeiro encontro, quando registrei os dados pessoais dos informantes. Ao final dos trabalhos, em momento anterior à defesa, solicitei ao entrevistado autorização para a divulgação da entrevista, feita por meio de um documento chamado Carta de Cessão, no qual foram apontadas as condições para o uso das gravações.

É importante mencionar que, baseando-me em Chartier (1991), tinha claro que os relatos me forneceriam uma representação do real, do fato, do acontecido. As descrições e narrativas, por mais detalhadas que sejam, não devem ser vistas como o real e, sim, como uma representação deste, uma vez que "A relação de

representação é, desse modo, perturbada pela fraqueza da imaginação, que faz com que se tome o engodo pela verdade, que considera os signos visíveis com índices seguros de uma realidade que não o é." (CHARTIER, 1991, p. 185). Assim, passados mais de 30 anos, a leitura que hoje os personagens fazem é composta de experiências vividas durante todo esse período.

No entanto, além das fontes orais, busquei fontes de naturezas diversas, tais como: documentos oficiais, currículos, regimentos, regulamentos e periódicos conseguidos no arquivo morto do CEFD-UFES e nos arquivos pessoais dos depoentes.

Com relação aos documentos oficiais, desde o estudo preliminar (análise de dossiês, fichas funcionais dos professores formadores, atas de reuniões, currículos, decretos, pareceres, informativos, etc.), notei a ausência de detalhamento, de informações preciosas, o que dificultou e dificulta a configuração dos fatos. Jean Boutier e Dominique Júlia (1998, p. 157) chamam a atenção para o documento afirmando que

Todos, por essa razão, inclusive os mais secretos, encobrem tanto quanto revelam. Os arquivos da polícia ou os relatórios dos "informantes officiosos", por exemplo, têm também por função acobertar aqueles que os redigem, fazer com que seus autores sejam tidos por eficientes, sendo, os mais das vezes, redigidos de modo que agradem àqueles que os vão ler, para que se obtenham vantagens para seus autores, promoções, ou simplesmente, tranquilidade, e para que comprometam terceiros sobre os quais poder-se-ia, em seguida, fazer pressão,

Além disso, é importante entender que, segundo Le Goff (1996, p. 547)

O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio.

Esses autores me auxiliaram no entendimento da pesquisa quando analisei a organização do arquivo do CEFD-UFES, criado e mantido até a década de 70 pelo professor Aloyr Queiroz de Araújo (1912-1976), que foi diretor da Escola de Educação Física do Espírito Santo de 1946 a 1970. Possuidor de um apurado senso de organização, acredito que este professor teve o cuidado de coordenar a constituição do arquivo da instituição com uma documentação que, após análise, concluí como sendo favorecedora de uma imagem própria inquestionável. Entendi, ao analisar o arquivo morto do CEFD-UFES, que o professor Aloyr Queiroz de Araújo ao organizá-lo estava ali construindo sua memória, tendo inclusive o cuidado de guardar não apenas documentos oficiais, mas também pastas de arquivo pessoal com artigos de sua autoria, publicados em jornais do Estado, além de trechos de suas publicações e leituras. Sendo, portanto, esse arquivo de grande importância para pesquisas sobre o CEFD-UFES e sobre o próprio professor Aloyr Queiroz de Araújo, desde que se tenha claro a provável intencionalidade presente em sua organização.

Além dessas fontes, procurei outras para o estudo e a análise das práticas de ensino, tendo obtido informações em material bibliográfico levantado nas bibliotecas Central e Setorial da UFES. Encontrei um material bibliográfico composto, principalmente, de manuais editados pelo MEC/DEF e obras estrangeiras, boa parte em espanhol, provenientes de bibliotecas particulares dos professores formadores. Acredito que, muito provavelmente, tal material tenha sido utilizado pelos professores na construção de seu material didático, como manuais e apostilas. Essa foi uma hipótese comprovada nos relatos e por não existir nas apostilas referências bibliográficas. Corroborou a essa comprovação a afirmação de Mauro Betti (1991, p. 28), segundo o qual "Algumas idéias pedagógicas mais elaboradas foram divulgadas apenas através de tradução e publicação de alguns trabalhos de autores estrangeiros [...]".

Também analisei programas de curso, regulamentos e regimentos que foram levantados com auxílio dos professores formadores. As análises desses documentos e relatos estão apresentadas em três capítulos, construídos de acordo com a localização, pois o estudo demonstrou que os programas, as disciplinas e os

tempos escolares eram delimitados e modificados de acordo com os espaços onde tais disciplinas eram ministradas.

O trabalho está organizado da seguinte forma: iniciei o capítulo 1 com a descrição da criação da Escola Superior de Educação Física, o tipo de formação por ela adotada, seus objetivos, a composição de seu quadro docente, seus primeiros alunos, explicando a estrutura física da instituição, a importância e influência do espaço físico adequado às práticas de ensino ali aplicadas, atentando nesse ponto para a deficiência de materiais físicos e humanos e para a carência de recursos apropriados para o desenvolvimento dessas práticas. Tal problema acarretava uma constante reestruturação na grade curricular, ocorrendo um revezamento das disciplinas Gímnicas-Desportivas, de forma que todas tivessem acesso aos seus determinados espaços, sendo as disciplinas de Desportos Aquáticos as que enfrentaram maiores dificuldades por não possuírem espaços adequados.

No Capítulo 2, abordei a continuidade desses problemas no decorrer da História da Escola Superior de Educação Física, não sendo alterados nem mesmo quando foi transferida para um espaço maior, em Bento Ferreira, momento de incremento da Educação Física por parte do Governo Federal, quando a Escola conseguiu recursos e incentivos para seu desenvolvimento através da Campanha Nacional de Educação Física. Neste capítulo destaquei também a figura do professor Aloyr Queiroz de Araújo, diretor do Serviço de Educação Física no Espírito Santo (1945 a 1961), além de diretor e professor da Escola Educação Física do Espírito Santo (1946 a 1970) e um dos principais responsáveis pela criação do CEFD-UFES. Logo, um personagem importante cuja história de vida mistura-se com a História da Educação Física no Espírito Santo.

A década de 70 no Brasil com sua conjuntura política e investimentos na Educação Física foram tratados no capítulo 3 cujo foco é o CEFD-UFES. Nesse capítulo abordei o processo de transferência do Centro para o campus universitário, a inauguração e uso dos novos espaços físicos, as alterações nas práticas de ensino e as resoluções que acarretaram mudanças na sua estrutura acadêmica,

como, por exemplo a transferência do professor Aloyr Queiroz de Araújo para o Centro Pedagógico da UFES.

Na conclusão desse trabalho chamo a atenção para a importância dos espaços físicos nas dinâmicas das práticas de ensino, explicando que os programas e currículos de cursos têm a sua importância, entretanto, foram os espaços físicos e os materiais didáticos e humanos que nortearam as práticas de ensino da instituição. Segundo Viñao Frago (2000, p. 99)

Ni el espacio ni el tiempo son estructuras neutras en las que se vacian los procesos educativos. Siempre se aprende y se enseña en lugares y en tiempos concretos. Y estos lugares y tiempos son determinados y determinan unos u otros modos de enseñanza y aprendizaje: Es más, la ordenación, disposición, distribución y usos de dichos lugares y tiempos unos y no otros constituyen formas de enseñanza: no sólo pramueven e inculcan unas determinadas concepciones de ambos, sino que, ai mismo tiempo, constituyen elementos fundamentales de la organización escolar, condicionan la enseñanza de las diferentes disciplinas, y permiten a impieden la realización de unas u otras actividades. En síntesis, el espacio y el tiempo escolar no sólo conformam el clima y cultura de las instituciones educativas, sino que también educan.

La distribución y usos del espacio de la clase guardan una relación estrecha com las objetivos perseguidos y la metodología utilizada. La existencia o no de espacios específicos para su enseñanza, y su disposición interna, reflejan, asimismo, las concepciones que se tienen sobre, por ejemplo, la educación física ...

Além do aspecto espaço físico, destaco também a relevância da figura do professor Aloyr Queiroz de Araújo, cuja trajetória de vida está vinculada à história do CEFD-UFES e da Educação Física no Espírito Santo. Além disso, registro nessa parte do trabalho que o mesmo possui suas deficiências, mesmo porque não tinha como pretensão esgotar o assunto dessa pesquisa, mas que procurei chamar a atenção para objetos de estudos, documentos, fontes e temas para pesquisas que podem ser tratados em nossa área, principalmente no que se refere à história das instituições e do ensino superior em Educação Física.

INTRODUÇÃO

O interesse em estudar a história do CEFD-UFES surgiu na época da realização de minha monografia no curso de graduação⁴. Procurava um tema que discutisse a aposentadoria e as transformações que ocorrem no cotidiano do trabalhador, como, por exemplo, sentimento de inutilidade, falta de perspectivas, constatação de que os fatos, as ações, por ele protagonizados e de importância pessoal ficam registrados apenas em sua memória. Pensar como seria esse momento de afastamento para nós, professores, cujo horário de trabalho não se limita a um cartão de ponto, inquietava-me. Muitas vezes, melhor dizendo, na maioria das vezes, as tarefas dos professores se alongam para além do horário escolar, acabando por serem feitas em casa, no fim de semana, etc.

Diante disso, com o apoio da minha orientadora⁵ de monografia, desenvolvi um estudo na referida escola com os professores que haviam se aposentado, tendo a História Oral como método. Assim, coletei relatos dos professores, com o intuito de verificar particularidades da história do CEFD-UFES, além de levantar fatos político-pedagógico-administrativos que construíram e marcaram a história do Centro, complementando seus registros históricos.

Esse trabalho provocou meu interesse em aprofundar os estudos em História. Ingressei então no curso de especialização em História Social do Brasil⁶, onde percebi, nas aulas, ao estudar o período militar no Brasil, durante as décadas de 60 e 70, que a Educação Física foi estrategicamente usada como instrumento do governo. No entanto, não me era possível acreditar na idéia de que, em um período tão conturbado, os responsáveis pela formação superior de educadores seriam indiferentes, passivos e obedientes perante os ditames do governo. Baseei, então, meu projeto de

⁴ SOUZA, 1997

⁵ Prof^a. Ms. Zenólia C. Campos Figueiredo, professora do CEFD-UFES

⁶ Curso de Especialização em História Social do Brasil pelo Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

especialização nesse tema, considerando as seguintes questões: como se dava a ação docente nesse período? Os docentes agiam de forma diferenciada da orientada pela política governamental que pressionava a adoção de um ensino especificamente das Escolas Superiores de Educação Física, voltado para uma prática militarista reprodutora?

Mesmo depois de terminado o curso, ainda não satisfeita, continuei a investigação, apesar da escassez de trabalhos disponíveis na área que tratassem especificamente da história do ensino naquele período.

Perseguindo o objetivo da pesquisa, no levantamento bibliográfico feito para o projeto de mestrado, notei que os anos 60 e 70 eram pouco explorados pelos estudiosos em pesquisa histórica sobre a Educação e sobre a Educação Física Brasileira. Tal observação, feita em trabalhos recentes⁷, é importante ser ressaltada, pois esse vácuo não é restrito à Educação Física, o notei também a respeito dos estudos sobre a ação docente no ensino superior.

Como alternativa de trabalho resolvi, então, ampliar o leque de opções de estudo e recorri a estudos realizados, em outras áreas e tempos, sobre o tema proposto. Contudo, a dificuldade persistiu. Diante de tal impasse, recorri a autores⁸ que não tratam, especificamente, da ação docente no ensino superior. Seus escritos forneceram-me aproximações. Esta foi também a solução adotada por Marcus A. T. de Oliveira (2001, p. 41) quando afirma que "... não foram produzidos ainda trabalhos que se refiram especificamente ao período da ditadura militar. Assim, a aproximação histórica se dará por recortes feitos a partir de outras obras consagradas na área, mas que não se caracterizam por serem estudos históricos, necessariamente".

Diante desse fato, comecei a levantar dados e pesquisas que tratassem especificamente sobre a história do Centro ou da antiga Escola de Educação Física,

⁷ Cf VAGO. (2002). OLIVEIRA. (2001). CATANI e FARIA FILHO. (2001) e TABORDA. (2001)

⁸ Cf CUNHA. (2001); MASETTO. (1998); RAYMOND e TARDIFF. (2000) e TEIXEIRA. (1999).

sendo encontrados poucos trabalhos sobre o assunto, como os de Maria da Graça F. Barros (1997) que, em sua monografia de pós-graduação Lato-Sensu, analisou os trabalhos, textos, artigos publicados e não publicados pelo professor Aloyr Queiroz de Araújo; o trabalho monográfico de Dirce Maria C. da Silva (1991) sobre a história da Escola de Educação Física do Espírito Santo, durante o período de 1930 a 1945; e o livro "UFES: 40 anos de História", autoria de Ivantir Antônio Borgo (1995).

Com isso, iniciei a pesquisa tendo como questão central: Como se configurava o ensino, o cotidiano das práticas de ensino no CEFD-UFES, durante as décadas de 30 a 70, considerando as mudanças e transformações ocorridas durante todo o seu processo histórico desde a fundação da Escola de Educação do Espírito Santo até a inauguração do CEFD-UFES?

Para responder a essa questão, realizei essa pesquisa tendo como método a História Oral cujo processo inicial foi selecionar os entrevistados mediante um levantamento feito em fichas funcionais e em folhas de pagamento conseguidas no DRH-UFES e no Arquivo Morto do CEFD-UFES, onde procurei levantar os nomes de professores que estiveram no CEFD-UFES, no período de 1931 a 1971 ministrando disciplinas do setor das matérias Gímnico-Desportivas.

Assim, para a pesquisa, levantei 14 (quatorze) nomes de professores que atuaram nessas disciplinas durante o período proposto a este estudo, sendo que da década de 30 não foi possível contatar nenhum profissional, pois já estão falecidos. Como solução, entrevistei alguns professores que na época participaram ou acompanharam o processo de construção do curso no Espírito Santo e, posteriormente, passaram a fazer parte do corpo docente dessa instituição. Da lista inicial consegui entrevistar 6 (seis) professores. Sendo eles:

Nome	Período de atuação	Cargo	Disciplina
Carlyle Netto	1947 a 1983	Professor de práticas educativas	Atletismo e Esgrima

Geny Cúrcio	1962 a 1977	Instrutora de ensino superior	Ginástica Feminina Moderna
Guilma Machado Sant'anna	1948 a 1981	Regente da cadeira	Ginástica Geral Feminina e Desportos Aquáticos
Hélio Demoner	1966 a 1993	Instrutor de ensino superior	Desportos Terrestres Coletivos, Basquetebol
Mário Ribeiro Cantarino Filho	1962 a 1975	Instrutor de ensino superior	Desportos de Ataque e Defesa, ministrando a disciplina Boxe, Esgrima, Karatê e Judô,
Olga Albert	1965 a 1993	Instrutora de ensino superior	Ginástica Geral Feminina

Os outros professores foram contatados, mas, por motivos diversos (falta de tempo, viagens, doenças, etc.) ou mesmo recusa em cooperar com a pesquisa ou em ceder entrevista se negaram a participar.

Como instrumento de análise, adotei os relatos desses professores que denominei personagens formadores. Personagens cuja ação docente foi entendida como TEIXEIRA (1999, p. 180):

... fazer e pensar, seus saberes e representações não emergem no vazio, mas em espaços macro e microsociais, fluentes em tempos históricos de curta, média e longa duração. Realidades fundadas em dimensões materiais e simbólicas, presentes como matrizes de significação e como ressignificação, construídas nas práticas instituídas e instituintes de sujeitos individuais e coletivos, no cotidiano de suas vidas. Experiências tecidas no mundo vivido, marcado pela temporalidade.

É importante ressaltar que essa ação docente em Educação Física transpõe os limites da sala de aula; seus espaços são variados (salas de aula, quadras, campos, piscinas, ginásios, etc.) e influenciam nesse fazer docente. Acredito, baseada em TEIXEIRA, (1999, p. 188), que a sala de aula causa uma intimidade,

mas não cumplicidade. É uma intimidade que extrapola a sala de aula e percorre os outros espaços da escola. (DAYRELL 1999, p. 150) afirma que:

... o cotidiano na sala de aula reflete uma experiência de convivência com a diferença. Independente dos conteúdos ministrados, da postura metodológica dos professores, é um espaço potencial de debate de idéias, confronto de valores e visões de mundo, que interfere no processo de formação e educação dos alunos. Ao mesmo tempo, é (mas poderia ser muito mais) um momento de aprendizagem de convivência grupal, onde as pessoas estão lidando constantemente com as normas, os limites e a transgressão.

Neste trabalho, procurei respeitar as diferentes propostas de ensino dos docentes formadores, trazendo as descrições sobre sua ação docente, tanto daqueles que pautaram sua formação procurando não restringir seus objetivos à reprodução de conceitos e conteúdos para alunos vistos como meros captadores de conhecimento, seres não pensantes, destituídos de opinião e decisão, como dos que tiveram uma prática reprodutivista e maniqueísta.

Nesta pesquisa, procurei ver os sujeitos em sua totalidade histórica, política, social e cultural, integrados à comunidade e não concentrados apenas em seus *campi*. Sobre o tema, assim se expressa CUNHA (2001):

... pode teorizar sobre formas mais recomendáveis de estabelecer relações com seus alunos e, na prática, vivenciar situações em que reaja de modo diferente do manifestado teoricamente, ou então pode contar uma experiência vivida, acrescentando ou subtraindo alguma informação. É o filtro, consciente ou não, que o relato carrega em função do sujeito que o faz. Por isso, a noção de vida cotidiana requer atilada busca e certa interpretação daquilo que está ocorrendo com o sujeito. O sujeito aqui não é visto como sujeito biológico ou psicológico, simplesmente, mas sim como sujeito social, isto é, ele dentro do seu mundo de relações sociais... (CUNHA, 2001, p. 38).

Procurei analisar o professor universitário não apenas pelo viés profissional, mas, também, pessoal, entendendo o docente como um ser social, com um cotidiano próprio, família, lazer, religião, etc. Um ser social cujo cotidiano acadêmico e realidade da universidade seriam

... sempre multifacetada e precisa ser percebida como processo como ato dinâmico e contextualizado. Grande parte das ações pedagógicas que procuram antecipar inovações, vivem intensos espaços na transição dos paradigmas, ora vivenciando práticas que façam avançar no modo tradicional, ora ainda reproduzindo processos presentes na história de cada um. O novo não se constrói sem o velho e é a situação de tensão e conflito que possibilita a mudança (CUNHA, 1998, p. 25).

Os significados dados pelo professor ao seu cotidiano acadêmico dependem de sua experiência de vida. Suas ações provêm das interações entre seus próprios significados com os dos outros integrantes desta comunidade acadêmica. De acordo com CUNHA (2001, p. 36) “A expressão do cotidiano do professor é determinante e determinada pela conjuntura social e cultural onde se desenvolve”.

Ser professor não é usar uma fantasia, fingir ser alguém que não é e, após o horário de trabalho, retirar a vestimenta, reassumindo sua personalidade. O docente o é todo o tempo, o não apenas durante o "expediente". Os seus significados, sua personalidade e sua experiência de vida estão presentes no cerne de sua ação docente, as práticas de ensino.

Os horários que os professores destinam ao ensino (planejamento de aulas, construção e correção de avaliações, freqüentemente feitos em casa), orientações (de estudos e pesquisas) e reuniões, as mais variadas, não são rígidos. TEIXEIRA (1999, p. 190) trata estes períodos como trabalho "extra", afirmando:

Este é um tempo "invisível", embora seus resultados sejam esperados em datas determinadas. São horas a fio em que ele se desgasta em estudos, preparação e avaliação das atividades didático-pedagógicas, parte substantiva de seu dia-a-dia. Esta é uma característica marcante do trabalho docente, comparando-se a outros profissionais que concluem suas atividades quando "se encerra o expediente”.

Para o professor formador, segundo seus próprios relatos, esse trabalho "extra" ocorreu por meio de reuniões de Congregação, Conselho Departamental, organização de competições, festivais, eventos e seminários, ocorridos geralmente aos finais de semana, ligados à instituição.

Esse esforço era necessário, pois, para esses profissionais, ser bom professor significava ser bom profissional. MASETTO (1998) conceitua esse bom profissional, nas décadas de 60 e 70, da seguinte forma "... ensinar significava ministrar grandes aulas expositivas ou palestras sobre um determinado assunto dominado pelo conferencista, mostrar, na prática, como se fazia; e isso um profissional saberia fazer" (1989, p. 11).

Acredito que entendendo esse docente formador e suas dinâmicas de trabalho foi possível abordar nesse trabalho a construção e constituição do CEFD-UFES e do ensino superior de Educação Física no Espírito Santo.

É importante frisar que, apesar do trabalho tratar sobre os espaços, cujo motivo já foi explicado anteriormente, em todos os capítulos procurei descrever e analisar as formas e práticas de ensino das disciplinas Gímnico-Desportivas dentro do contexto histórico-político em que se encontrava o país nos momentos estudados e que tiveram responsabilidade e influência sobre as dinâmicas e estruturas de trabalho dos docentes de Educação Física em seus respectivos períodos. Tendo o cuidado, inclusive, de iniciar cada capítulo com antecedentes históricos, como foi feito no capítulo 1.

CAPÍTULO 1. ANTECEDENTES HISTÓRICOS.

As três décadas iniciais do século XX podem ser entendidas como um período de crises que abrangeram a sociedade em múltiplos aspectos: econômico, político e sócio-cultural. A Grande Guerra Mundial, a implantação do comunismo na Rússia em 1917, a continuação do fascismo, a formação do partido nazista em 1919 e a crise econômica de 1929, com a queda da Bolsa de Valores de Nova Iorque.

Essa conturbada atmosfera, marcada por agitações mundiais, trouxe reflexos que repercutiram no Brasil, criando instabilidade, insatisfação e suscitando novas idéias em busca de soluções para os problemas existentes. Uma das principais grandes conseqüências dessa situação foi a emergência de lideranças carismáticas e defensoras da unidade nacional, como Getúlio Dornelles Vargas.

A subida de Vargas ao poder foi concretizada por uma base social bastante diversificada, congregando setores oligárquicos, tenentes, classes médias e classes populares. Segundo o próprio Vargas, o "*movimento regenerador*", necessitava de ações objetivas para promover o crescimento do país. Dessa forma, o Estado surgido com o movimento de outubro caracterizou-se por um excessivo intervencionismo, procurando atuar na economia, saúde, relações trabalhistas, educação e tantas outras áreas da vida social brasileira.

No que tange à educação, o Estado brasileiro, a partir de 30, desenvolveu uma política educacional elitista. As classes médias, gestadas à sombra de padrões culturais das camadas dominantes, creditaram na educação o alcance de novos horizontes sociais. Segundo Garcia (1995, p. 231), "a classe média através de seus porta-vozes especializados, os professores - vai, a partir de 30 oferecer condições

para que a legislação educacional consolide a visão conservadora da sociedade (...). Tratava-se, dentre outros aspectos, de impedir o acesso das classes mais humildes aos melhores cursos, reservando-os às classes médias.

A educação, transformada em bem individual, apresentava dois universos distintos: o primeiro plano vinculava-se à escola de formação acadêmica, capaz de promover seus alunos à condição de possuidores de conhecimentos humanísticos e literários. Em outra dimensão está a escola do trabalho, daqueles que não teriam chances de ascensão social através dela, que vislumbravam no ensino profissionalizante apenas o sustento de suas mínimas aspirações. Consistia, então, em uma escola formadora de mão-de-obra barata para atender às novas demandas do capitalismo. O Major Rolim, citado por Castellani Filho (1994, p. 98), explica bem a função da Educação Física nesse momento como auxiliar a formação da "classe trabalhista"

"...A industrialização conseqüente da siderurgia impõe aos construtores de todo o maquinismo agrícola e rural de trilhos, motores de aviões e armas, um mundo material e mais humano, a utilização das horas de folga com momentos felizes de reparações, ser sociável para competir com elegância e triunfar com energia.

Esta é a nova filosofia de vida e para ela pretendemos orientar a nossa gente pela Educação Física. Ela nos proporcionará um desenvolvimento muscular mais amplo, uma capacidade pulmonar maior, a circulação ativa e a função digestiva mais regularizada, em síntese, o equilíbrio orgânico. Intelectualmente, ela solucionará situações variadas que requerem raciocínio, atenção, iniciativa, controle, memória e julgamento. Entretanto, assume maior importância, avulta como meio de transformação do indivíduo em cidadão útil à coletividade, o valor social da prática da Educação Física. Ela disciplina emoções, forja a personalidade, desenvolve o caráter e as demais qualidades que o elegem padrão de moral, dignidade e de virtudes."

Essas demandas, oriundas da transição de uma economia agro-exportadora para uma economia calcada no industrialismo, eram uma das faces do desenvolvimento de alguns estados brasileiros, como é o caso do Espírito Santo, o qual vivia um momento de pleno crescimento sócio-econômico, o que pode ser comprovado a partir da construção do cais de minério de ferro e da expansão da Companhia Vale do Rio Doce.

Com a progressiva substituição do campo pelo mundo urbano, evidenciava-se uma nova configuração da mão de obra existente. Partindo desse novo contexto econômico, houve a implantação, pelo Estado, dos cursos de formação profissional, cursos esses que tinham como característica a complementação da formação das normalistas, tendo como objetivo ampliar a qualificação dos profissionais já existentes, de forma a exercer a docência para além do magistério - atribuição permitida ao diplomado no curso - habilitando-as a ministrar aulas em outros níveis, como o segundo grau e o técnico.

Para a consecução dessa meta era necessária uma equivalência entre o curso normal e o ensino secundário. De acordo com Lourenço Filho (2001, p. 33)⁹ "Pretendia-se dar aos candidatos ao professorado um curto prazo e, logo após o curso de primeiras letras, *uma cultura geral e uma formação técnica*" (grifo do autor).

A partir dessa proposta, foi preciso aumentar a grade curricular do curso normal, além da inclusão de cursos complementares para atender áreas específicas como Literatura, Fisiologia, História, Sociologia, Desenho, dentre outras.

Ainda segundo Lourenço Filho (2001), conseguiu-se esse intento, de forma efetiva, em Minas Gerais, com a Reforma Francisco Campos, de 1928, através da criação da Escola de Aperfeiçoamento Pedagógico, com duração de dois anos. Essa instituição tinha a função de promover continuidade dos estudos técnicos de professores diplomados em cursos normais ou ginasiais, já alocados nas escolas públicas.

⁹ Nesta publicação constam textos publicados originalmente nos Arquivos do Instituto de Educação do Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 15-26. jun. 1934.

A partir da experiência de Minas Gerais foram criados outros cursos de aperfeiçoamento pedagógico por todo o país, fornecendo aos professores uma formação continuada, que amenizava a carência de educadores nas áreas específicas já citadas anteriormente.

O Espírito Santo foi um dos estados a repetir o movimento de Minas Gerais e onde o Estado implementou cursos de formação profissional. Um desses cursos foi o Curso Especial de Educação Física, criado para suprir a carência de professores com formação específica nessa área. Área essa que possuía algumas especificidades como: o fato de não serem permitidas turmas mistas e a exigência de professores do mesmo sexo dos alunos. Em 1931, foi fundada a Escola de Educação Física do Espírito Santo, cujo objetivo era formar professores para ministrar aulas de Educação Física no ensino primário, normal e secundário das escolas estaduais.

1.1 A ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO ESPÍRITO SANTO

A Escola de Educação do Espírito Santo foi criada em 26.06.1931 (Decreto Estadual nº 1.366). Era dirigida pelo Serviço de Educação Física que se subordinava ao Serviço de Instrução do Estado, órgão estadual vinculado ao Ministério de Educação e Saúde.

No Espírito Santo, a Escola desempenhava um papel similar ao Centro de Educação Física do Exército do Rio de Janeiro, que era a instituição exemplar na área de Educação Física no país. De acordo com Betti (1991, p. 72)

... o objetivo maior era a implantação e a difusão da Educação Física no Brasil. Cursos especiais de formação de professores foram organizados sob a orientação do Exército em várias partes do país, formando o núcleo de muitas das futuras instituições de ensino superior em Educação Física.

No entanto, essas instituições foram criadas sem estruturação, com carência em diversos aspectos, especialmente nos níveis estrutural e pessoal, o que conduziu, nos anos iniciais de funcionamento, à adoção de formas de trabalhos experimentais que, por vezes, se tornavam ineficientes no sentido de garantir condições adequadas à formação de profissionais na área de Educação Física.

Analisando o relatório apresentado como verificação da Escola Superior de Educação Física do Estado Espírito Santo (EEF-ES, 1939), percebi que, nos primeiros anos de funcionamento, entre 1931 e 1933, a Escola¹⁰ possuía trinta e um alunos, dos quais apenas três homens, que atuavam como professores nas escolas estaduais. O relatório permitiu concluir que a oferta de vagas, via inscrição, a professoras normalistas¹¹ das escolas estaduais localizadas nos municípios do Estado - principalmente aquelas nas quais as aulas de Educação Física não eram ministradas devido à ausência de professores qualificados para a função - foi uma estratégia empregada diante da necessidade de capacitar o maior número possível de profissionais.

A proposta do aumento do número de professores de Educação Física ratificava a coadunação da política educacional adotada pelo Estado com as diretrizes traçadas pela União no que se referia a desenvolver no interior das escolas uma educação dos corpos disciplinados e obedientes. O historiador Alcir Lenharo, em sua obra intitulada "*A Sacralização da Política*" (1986), descreve os artifícios utilizados pelo "Estado Vargas" para a operacionalização desses objetivos.

Sublinhamos, em particular, a utilização alegórica de uma imagem exaustivamente empregada no discurso político, por sinal muito cara ao imaginário do cristianismo: o corpo. A nação, por exemplo, é associada a uma totalidade orgânica, à imagem do corpo uno, indivisível e harmonioso;

¹⁰ Adotarei no decorrer do texto a denominação "Escota" para tratar sobre a Escola de Educação Física do Espírito Santo (EEF-ES), Escola de Educação Física da Universidade do Espírito Santo (EEF-UES) e da Escola de Educação Física da Universidade Federal do Espírito Santo (EEF-UFES), sendo essa a designação feita pelos próprios docentes dessa instituição.

¹¹ Normalistas = qualificava o professor a dar aulas de 1º à 4ª série, o que na época equivalia ao primário de 1º à 5ª série.

suas partes funcionam como órgãos de um corpo tecnicamente integrado/ o território nacional, por sua vez, é apresentado como um corpo que cresce, expande, amadurece; as classes sociais mais parecem órgãos necessários uns aos outros para que funcionem homoganeamente, sem conflitos (...)
(LENHARO, 1986, p. 16-17)

E continua:

As partes que compõem a sociedade foram pensadas tal como o funcionamento dos órgãos do corpo humano: integralmente e sem contradições. O objeto do projeto, portanto visava neutralizar os focos de conflitos sociais, tornando as classes (órgãos) solidárias uma com as outras. Ao lado dessa referência, uma outra ganha ressonância: toda uma pedagogia do corpo foi sendo detalhada a colonizá-lo para a produtividade do trabalho (LENHARO, 1986, p. 18).

Mediante o exposto, foi-me possível concluir que, para formar uma comunidade avessa a conflitos e apta à construção do país, seria necessário enfatizar a disciplinarização do corpo e, conseqüentemente, sua modelação para o trabalho. A concretização desse projeto demandava a formação de profissionais capacitados para transmitir, pelo menos em tese, a ideologia do Estado. E a Educação Física era a área ideal para tal intento. De acordo com Castellani Filho (1994, p. 99)

Dada a relevância do papel destinado à Educação Física, naquele momento histórico, nada mais coerente do que dotá-la de condições que lhe garantissem uma sólida "performance". Assim em 17 de abril de 1939, deu-se a criação, na Universidade do Brasil, da Escola Nacional de Educação Física e Desportos. Na exposição de motivos do Ministro de Educação e Saúde, Gustavo Capanema, datada de 27 de janeiro daquele mesmo ano, quando da apresentação do Decreto-lei n.º 1.212 que a criava, assim referiu-se à Educação Física: "... A Constituição, artigo 131, estabelece que a Educação Física é obrigatória em todas as escolas primárias, normais e secundárias da República, e é óbvio que, conquanto não obrigatória, esta espécie de educação, é aconselhável em todos os demais estabelecimentos de ensino no país ... "

Esse Decreto-lei n.º 1.212, além de criar a Escola Nacional de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil, regulamentou a profissão, passando a exigir uma habilitação específica da área para cumprimento da função. Da mesma forma que as outras escolas de formação docente em Educação Física fundadas na década de 30, a Escola Nacional de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil

também utilizou as diretrizes curriculares e regimentares estruturadas a partir da Escola de Educação Física do Exército.

1.2 O CURRÍCULO E O REGULAMENTO DA ESCOLA

A Escola adotava um modelo de ensino que seguia os currículos, as normas e as diretrizes do Centro de Educação Física do Exército do Rio de Janeiro. A similaridade entre as duas instituições pode ser percebida a partir de uma das diretrizes da Escola de Educação Física do Espírito Santo (EEF-ES) que era "Ordem de Disciplina: uma obediência hierárquica voltada para servir à nação", esta era uma das orientações do Centro de Educação Física do Exército do Rio de Janeiro. (SILVA, 1991, p. 19).

Em 1936, a Escola, por meio da Lei Estadual nº 98 de 24.09.1936, art. 6º, passa a denominar-se "Escola Superior de Educação Física do Espírito Santo" e, a 1940, iniciou suas atividades com o Curso Normal de Educação Física (reconhecido pelo Decreto Federal nº 6.412 de 30.10.1940), que tinha a duração de oito meses, sendo que o aluno formado recebia o diploma de normalista especializado em Educação Física, que o habilitava para o exercício no magistério estadual.

Segundo o capitão Horácio Cândido Gonçalves (1935, p. 116), o programa possuía as seguintes disciplinas

No ensino Geral
Anatomia e Fisiologia Humanas
Higiene.
Historia da Educação Física
Noções de Psicologia. Pedagogia e Metodologia da Educação Física.
Sinesiologia.
Antropometria. Noções de biotipologia e de Estatística.

Massagens. Socorros de Urgência. Ginástica Ortopédica.
No ensino prático
Execução prática dos exercícios do método (exercícios de natação inclusive).
Iniciação esportiva
Ginástica rítmica e danças regionais.
Coro orfeônico
Composição de lições. Palestras educativas.
Cinema educativo. Visitas.

Posteriormente, em 1947, de acordo com Dirce M. C. da Silva, a Escola, dentro de curso de Monitores, passou a fornecer os cursos de informações e de Investigações e Aperfeiçoamento.

Pelo Decreto¹² o Curso de Professores teria duração de nove meses, era dividido em Ensino Biológico, Ensino Pedagógico e Ensino Prático (...). O Curso de Monitores, com duração de seis meses, dividia-se em Ensino Geral e Ensino Prático (...). O Curso de Informações seria ministrado através de Ensino Geral e Ensino Teórico-Prático. O Curso de Investigações e Aperfeiçoamento compreendia Ensino Geral e Ensino Prático. O Curso de Informações era destinado a diretores e inspetores de ensino e o Curso de Investigações e Aperfeiçoamento a profissionais de Educação Física já formados (...). (SILVA, 1991, p. 54)

Segundo o regulamento da Escola de Educação Física do Espírito Santo (EEF-ES, 1947), a mesma possuía os seguintes cursos em seu programa: Curso Normal de Educação Física, Curso de Monitor de Educação Física e Curso de Monitor Técnico Desportivo.

O Curso Normal de Educação Física tinha a duração de um ano e possuía a seguinte grade de disciplinas: Anatomia e Fisiologia Humanas; Cinesiologia; Higiene Aplicada; Socorros de Urgência; Fisioterapia, Biometria; Metodologia da Educação Física; História da Educação Física e dos Desportos; Organização da Educação Física e dos Desportos; Ginástica Rítmica; Educação Física Geral; Desportos Aquáticos; Desportos Terrestres Individuais; Desportos Terrestres Coletivos e Desportos de Ataque e Defesa.

¹² Decreto Estadual n.º 10.330 de 1939 que regulamenta a EEF-ES como Escola Superior de Educação Física do Espírito Santo.

O Curso de Monitor de Educação Física tinha também a duração de um ano, possuía o mesmo leque de disciplinas do Curso Normal de Educação Física, sendo que era destinado aos alunos do sexo masculino reprovados na prova de seleção para o Curso Normal de Educação Física. O diploma de monitor de Educação Física deste curso certificava o aluno para exercício no magistério estadual concedendo a estes a mesma qualificação dos formados no Curso Normal de Educação Física. Desse procedimento, foi-me possível inferir que ainda persistia a idéia de aproveitamento dos homens para ministrar aulas para turmas de sexo masculino.

O Curso de Monitores Técnicos Desportivos foi criado em 17.05.1944, tinha duração de seis meses e seu objetivo era especializar pessoal técnico desportivo. Possuía em sua grade curricular as disciplinas: Anatomia e Fisiologia Humanas Cinesiologia; Higiene Aplicada; Socorros de Urgência; Biometria; Metodologia da Educação Física; História da Educação Física e dos Desportos. Organização da Educação Física e dos Desportos; Educação Física Geral; Desportos Aquáticos; Desportos Terrestres Individuais; Desportos Terrestres Coletivos; Traumatologia Desportiva; Metodologia do Treinamento Desportivo; História e Organização dos Desportos.

Em 1959, ocorreram mudanças e alguns contratemplos na Escola. Dentre essas a alteração do Curso Normal para Curso de Educação Física Infantil e alguns contratemplos ocorreram porque, apesar de o Estado reconhecer o Curso Superior de Educação Física¹³, o mesmo não aconteceu em nível federal. De acordo com os documentos analisados e na verificação efetuada pela Divisão de Educação Física do MEC, as irregularidades presentes na Escola centravam-se na falta de qualificação dos docentes atuantes na Escola e na precariedade de suas instalações físicas. Tal fato foi relatado em ofício enviado ao professor Aloyr Queiroz de Araújo, diretor do Serviço de

¹³ Lei Estadual nº 1.430 de 13.03.1959. Por meio dessa Lei também foram criados os cargos de diretor, de secretário e de 12 professores de ensino superior.

Educação Física no Estado e da EEF-ES, pelo diretor da Divisão de Educação Física, Alfredo Colombo. Nesse ofício constava existir:

condições deficientes no local das únicas aulas assistidas no mesmo campo, treinamento de equipes juvenis, e o terreno enlameado pelas chuvas do dia anterior; a não obediência de horário, constante flexibilização, alteração de horário indiscriminada, apesar de organizado semanalmente e falta de atualização dos programas das diferentes cadeiras (DEF/MEC, 1960).

Tais deficiências foram, em parte, sanadas com a transferência da EEF-ES para a nova sede, no bairro de Bento Ferreira, em 01.12.1965¹⁴,

1.3 OS DOCENTES/PROFESSORES FORMADORES E SEUS ALUNOS.

De acordo com o Regulamento da Escola de Educação Física do Espírito Santo (EEF-ES, 1947), o corpo docente responsável pelas disciplinas do Curso de Monitor de Educação Física e Curso de Monitores Técnicos Desportivos tinha como principais funções: Dirigir o ensino das aulas; registrar nas cadernetas de frequência, à tinta, os comparecimentos e as faltas dos alunos; assinar, após as aulas, o livro de frequência, registrando o assunto lecionado; avaliar os alunos de forma oral e através de provas práticas mensais e entregar, ao Diretor, com cinco dias de antecedência, os programas destinados aos exames.

Nesse período, 1947, o corpo docente da Escola tinha um número restrito de professores, principalmente na categoria professor titular-catedrático, sendo então abertas inscrições para admissão de professores assistentes e auxiliares de ensino, cujas "... funções de assistentes e auxiliares de ensino só serão preenchidas por

¹⁴ EEF-UES, 1965

peças habilitadas como técnicos em Educação Física e por indicação do Diretor da Escola" (EEF-ES, 1947, p. 09). Dentre os professores que receberam tal convite, posso citar Carlyle Netto e Guilma Machado Sant'anna. A professora Guilma Machado Sant'anna¹⁵ relatou¹⁶, a sua contratação dessa forma:

... quando eu me formei no curso de Educação Física Infantil, eu fui nomeada para o Elvicina Santos [Escola Estadual]. Naquela época, escola de primeiro grau, Maria Elvicina Santos, aí fundaram a obra social São José, dos padres, favorianos, lá em Santo Antônio¹⁷, centro de Vitória, (...) escola dirigida por padres, o professor Aloyr me mandou chamar no gabinete dele e me pedindo se eu queria assumir a cadeira de Educação Física lá, nos padres, favorianos, e ele sabia que eu era uma pessoa de religiosidade, eu era religiosa, eu era católica, e de uma moral que ele tinha certeza que eu não ia fazer nada que fosse difamar a Educação Física me convidou, então eu fui removida para lá, fora de concurso, de nada, por causa disso ele me convidou. E de lá foi que eu saí para fazer curso superior no Rio, quando eu voltei ele me convidou para trabalhar na Escola.

Ou seja, apesar da legislação exigir um processo de seleção, ocorria a indicação de pessoas para contratação, a convite, por parte dos antigos professores das cadeiras e do próprio diretor da Escola.

Os aprovados para o cargo de professor-assistente tinham como funções: substituir o professor efetivo; fiscalizar a frequência dos alunos, zelar pela boa ordem e disciplina dos alunos nas aulas práticas e lecionar turmas suplementares. Já os auxiliares de ensino, indicados por professores, tinham como função substituir os assistentes e auxiliar nas aulas práticas.

Analisando os currículos dos docentes atuantes nos primeiros anos da Escola; percebi que ser professor da instituição nesse período tinha a sua importância, o seu prestígio, não importava a categoria em que o docente se

¹⁵ SANT'ANNA, 2002.

¹⁶ Para a digitação dos relatos utilizei como fonte a letra ZapfCalligr BT. A escolha por esse tipo de fonte ocorreu devido a semelhança com a letra datilografada constantes nos documentos utilizados nesta pesquisa

¹⁷ Bairro de Vitória-ES.

encontrava. Tal percepção advém do fato que boa parte dos docentes da EEF-ES advinham da camada economicamente favorecida da sociedade e já possuíam experiência em escolas públicas. Tudo isso em um Estado que possuía três faculdades que priorizavam a formação de bacharéis de Direito, de Filosofia e de Medicina.

Apesar disso, era difícil no período encontrar profissionais que possuísem currículo apropriado para ministrar as disciplinas da Escola. Para sanar tais dificuldades, mesmo alguns professores que não passaram pelo processo seletivo, foram convidados a fazer parte do corpo docente da Escola, como foi o caso do professor Carlyle Netto¹⁸ que descreveu sua contratação da seguinte forma:

Eu tinha acabado de me formar na Escola de Educação Física do Exército, em 1946. Então, o diretor da Escola, o professor Aloyr Queiroz de Araújo, que era parente do comandante da Polícia Militar, .por essa influência familiar, me recrutou para a Escola de Educação Física, e eu passei a dar aula de Esgrima e de Atletismo na Escola, isso eu fiz de 1947 até 1983 quando me aposentei...

Assim como o professor Carlyle Netto, outros professores foram convidados a exercer docência na Escola, como dito anteriormente. Esses convites partiam sempre do professor Aloyr Queiroz de Araújo, diretor do Serviço de Educação Física no Estado (cargo em que ficou de 1945 a 1961)¹⁹ e da EEF-ES (1946 a 1970)²⁰. Gerir tais órgãos era controlar de fato a Educação Física no Espírito Santo, em todos os seus níveis de ensino. Tal fato dava amplos poderes a esse professor, como afirma a professora Guilma Machado Sant'anna²¹ "...ele mandava na Educação Física, o professor Aloyr mandava na Educação Física do Estado"

¹⁸ NETO, 2003

¹⁹ BARROS, 1997, P 21

²⁰ BORG, 1995, p. 343

²¹ SANT'ANNA, 2002

Nesses cargos, o professor Aloyr Queiroz de Araújo estava no centro das decisões a respeito da Educação Física no Estado, pois ele, como diretor do Serviço de Educação Física no Espírito Santo, era o responsável por enviar professores da Escola ou da rede estadual de ensino para representar o Estado em seminários, cursos e eventos organizados pelo Governo Federal. De acordo com a professora Guilma Machado Sant'anna²²

Ele tinha um entrosamento muito grande com a... como é que se diz? Ele sempre teve um relacionamento muito grande com as autoridades, sabe, então ele administrou o Serviço de Educação Física com a Divisão de Educação Física do Ministério, estavam sempre... de acordo, sempre em contato. Então o que aparecesse o Ministério comunicava para ele.

Ao retornarem, esses docentes socializavam o conteúdo apreendido, ainda segundo a professora Guilma Machado Sant'anna²³:

O professor Aloyr vibrava tanto com a Educação Física que quando ele era diretor da Divisão de Educação Física do Estado, que era o Serviço de Educação Física, nós tínhamos os nossos horários na Escola de segunda a sexta feira, aos sábados, nós tínhamos um encontro, no Estádio Governador Bley, todos os professores, para atualizar, atualização (...) Ele passava tudo, tudo, assim como ele exigia que a gente quando voltava era obrigado a passar (...) ele fazia tipo um seminário, entendeu, reunia os . professores todos, explanava o que ele viu, depois pedia que os professores procurassem se interessarem e discutir sobre os assunto, o que podia aproveitar e o que não podia (...) os próprios professores, àqueles que saiam para fazer curso fora então ele tinha esses encontros aos sábados para passar aos colegas aquilo que se viu fora, que ainda não era conhecido aqui.(...)

Esse relato da professora Guilma Machado Sant'anna demonstra o entrosamento do professor Aloyr Queiroz de Araújo e a Divisão de Educação Física do MEC, no cumprimento da proposta de Educação Física planejada pela União.

²² SANT'ANNA, 2002

²³ SANT'ANNA, 2002

A mudança para o novo espaço ocorreu no ano de 1965, mesmo com as obras ainda inacabadas, pois ainda não existiam os pavilhões onde seriam ministradas as aulas de ginástica rítmica, a piscina e o ginásio de basquete. Tal fato forçou os professores a adequarem suas práticas de ensino aos espaços disponíveis para suas disciplinas.

1.4 O ESPAÇO FÍSICO E A ESCOLA

A Escola teve como sua primeira sede, até o ano de 1949, o Estádio Governador Bley, situado no bairro Jucutuquara, próximo ao centro da cidade. Construído em uma área residencial possuía área total de 13.904m² (EEF-ES, 1940, p.02). Embora ocupasse uma estrutura montada para a prática de desportos, a Escola carecia de melhores condições físicas para o seu funcionamento, conforme será demonstrado posteriormente.

Para as aulas práticas, o local apresentava condições satisfatórias, entretanto, para as aulas teóricas não era adequado devido à insuficiência de espaço físico e de instalações. Os professores contavam com apenas duas salas de aula com dimensões reduzidas, melhor dizendo, 9,20 x 5,25 m, impróprias ao bom desenvolvimento dos conteúdos. Essas salas possuíam capacidade para 50 carteiras para os alunos, além da mesa para o professor e do quadro negro, acomodando o mínimo necessário a uma precária atuação docente. A dificuldade para exercer o magistério obrigou os professores a desenvolverem estratégias alternativas de ensino como, por exemplo, o revezamento de horário. A professora Guilma Machado Sant'anna²⁴, ao tratar sobre esse assunto, relata como era seu cotidiano

²⁴ SANT'ANNA, 2002

Eu dava aula de seis da manhã às dez da manhã porque, além de trabalhar na Escola de Educação Física, eu dava aula para o ginásio, né, Ginásio São Vicente de Paula, dava aula para uma Escola Técnica do Comércio Capixaba. Então, eu começava às seis horas da manhã, vinha para o Estádio Governador Bley, dar aulas ...

Uma das salas possuía instrumentos para projeção de slides, onde ocorriam aulas e apresentações de seminários aos professores; existia um gabinete médico (4,10 x 5,925 m) e também um gabinete Biomédico (4,70 x 4,40 m), destinados ao ensino, controle e assistência médica dos alunos. Além desses locais, utilizava-se um auditório com capacidade para 120 pessoas, localizado em um grupo escolar próximo ao Estádio, o Grupo Escolar Padre Anchieta.

O estádio possuía uma arquibancada semi coberta, com marquise de cimento armado, iluminação, duas quadras: uma de voleibol e outra de basquetebol, um campo de futebol, com área gramada de 100,00 x 65,00 m e, ao seu redor, uma pista de 300 m, com caixas de saltos, círculos de arremessos, pódios, barras duplas e traves. Nesse local eram ministradas as matérias Gimnico-Desportivas.

Existiam, ainda, os banheiros, que também serviam como vestiários, separados por sexo, sendo um destinado aos instrutores da Escola, que nessa época eram todos do sexo masculino, e os outros dois aos alunos, cada um com 12 chuveiros. Além de possuir uma área de 2.000m² onde estavam previstas as construções do ginásio e da piscina (EEF-ES, 1940, p. 03-05).

Apesar de, à primeira vista, a área ser ampla para as práticas que ali seriam desenvolvidas, apresentava precariedades de estrutura física, que eram percebidas com maior intensidade no momento das aulas de Desportos Aquáticos que, por ausência da piscina, obrigava o deslocamento dos alunos até o mar. A professora

Guilma Machado Sant'anna²⁵ descreveu as idas às aulas de Desportos Aquáticos da seguinte forma:

... as aulas curriculares eram dadas no mar, tinha um caminhãozinho, o motorista era o senhor Reis, ele era um velhinho, ele encostava o caminhão, ele era do Estado, encostava o caminhão, as alunas, os alunos, porque tinham os rapazes também, entravam no caminhão, as aulas de natação eram mistas, eles entravam no caminhão, o professor de natação era o professor Raymundo [Raymundo Ângelo Filho], ele era monitor em Educação Física, ele não tinha curso superior e, eles iam para a praia ...

Todo esse conjunto de fatores adversos ao funcionamento da Escola implicava em uma busca de soluções que se configuravam apenas como paliativas para a situação. É o caso da alteração do sistema de ingresso de novas(os) alunas(os), apenas a cada dois anos, e não mais todo ano, em função da insuficiência de meios materiais e humanos apropriados ao bom desenvolvimento das aulas.

Na tentativa de resolver tais dificuldades, a Escola, em 1940, inicia a sua luta por um espaço adequado às atividades de ensino. Para isso, recorreu ao Governo do Estado e conseguiu um espaço melhor, localizado em Bento Ferreira; com maior espaço físico para entender às necessidades da instituição.

No entanto, antes de concluídas as obras da nova sede, o Estado doou o Estádio Governador Bley ao Rio Branco Atlético Clube. A Escola, para não fechar o curso, até o término da construção, em 1945, passou a ministrar suas aulas na Escola Técnica de Vitória, tendo à sua disposição três salas de aula.

Nesse ínterim, o esforço das tropas aliadas em "desnazificar" a Europa criou uma onda liberal em todo o mundo. No Brasil, a consequência mais imediata foi o

²⁵ SANT'ANNA, 2002

fim do "Estado Novo" e a convocação de eleições livres para a Presidência da República.

Na educação, de acordo com BAHIA HORTA (1994), a idéia era implementar um caráter mais humanístico à educação, dando ênfase ao ensino secundário no qual seria formada a "consciência patriótica". Tais concepções estavam presentes na Lei Orgânica do Ensino Secundário, cujo texto privilegiava disciplinas como educação moral e cívica e canto orfeônico, elementos já presentes nos currículos escolares desde 1936, com a Reforma Francisco Campos, e que ganham destaque com a criação, em 1940, da Juventude Brasileira, órgão que tinha como objetivo disciplinar moral e fisicamente os jovens de maneira que tivessem condições de atuar na sociedade e, se preciso fosse, defender a Nação.

A Educação Física inseriu-se nesses objetivos sendo uma das atividades gerenciadas pela "Juventude Brasileira" que, em seu projeto inicial, deveria possuir uma direção própria, mas, devido aos protestos de parlamentares contrários ao plano, resolveu-se no projeto final, em 1945, transferir a direção do órgão para a Divisão de Educação Física, fato que marcou alguns meses depois a extinção legal dessa organização. De acordo com Baia Horta (1994, p. 274)

Esta medida, que coincidiu com o início do processo de redemocratização do país (fim da censura e convocação de eleições), será saudada pela imprensa, que nela verá um sinal do fim melancólico de uma tentativa frustrada de implantação no Brasil de um movimento de juventude nos moldes fascista.

Disciplinas como moral e cívica e a obrigatoriedade do Hino Nacional nas escolas foram enfatizadas no sistema escolar do Estado. De acordo com Castellani Filho (1994, p. 84)

Passamos a assistir, então, o marcante enfatizar de duas "matérias" que, basicamente, deveriam assumir a responsabilidade de colocar a Educação na direção anunciada pelos discursos mencionados. Surge, portanto, a Educação Física e a Educação Moral e Cívica como elos de uma mesma

corrente, articuladas no sentido de darem à educacional a conotação almejada e ditada pelos responsáveis pela definição da política de governo.

Esse grau de importância dado a essas disciplinas ocorreu não apenas nas escolas públicas de ensino primário e secundário mas também nas de formação profissional, como foi o caso da Escola de Educação Física da Universidade do Espírito Santo que, nesse período, estava em pleno processo de luta por um melhor espaço.

1.5. O ESPAÇO FÍSICO COMO DETERMINANTE DAS PRÁTICAS DE ENSINO

No que se refere às práticas de ensino, elas tinham características formais, com aulas teóricas e práticas e visavam ao aprimoramento técnico. Como pesquisa, era exigida dos alunos a construção de um trabalho monográfico de final de curso.

Nessa época (1947), o ano escolar constituía-se de dois períodos letivos de três meses e quinze dias cada (sendo dois períodos de exames, o primeiro de quinze dias e o segundo de um mês) e dois períodos de férias, (o primeiro de quinze dias e o segundo de três meses). A cada ano, havia um período especial de exames de segunda época e um de vestibular para ingresso no curso.

Esses exames, segundo o regulamento da Escola, deveriam ocorrer através de provas parciais, semestrais, com a presença de uma banca examinadora composta de três professores, incluindo o responsável pela disciplina avaliativa. As avaliações das disciplinas teóricas eram de cunho descritivo; já as matérias dadas em exercício eram avaliadas por "... argüições sôbre a matéria dada e execuções de elementos ministrados" (EEF-ES, 1947, p. 14).

Já o vestibular ocorria uma vez por ano e era acompanhado, inicialmente, pela Diretoria de Educação Física que, em 1943, passou a denominar-se Serviço de Educação Física. Para a seleção, eram ofertadas vagas suficientes para compor uma turma de, no máximo, quarenta alunos, constituindo-se de provas orais, escritas e práticas. Eram exigidos dos inscritos: exames médicos, idade mínima de dezessete anos, atestado de bons antecedentes, prova de sanidade física e mental, prova de vacina anti-varíola, fotos 3x4, atestado de obrigatoriedade militar (sexo masculino). Alguns cursos exigiam, além desses documentos, outros específicos como: o curso de normalista exigia diploma de normalista, reconhecido pelos Estados; o curso de monitor de Educação Física e monitor técnico-desportivo, o certificado de conclusão do curso secundário.

Com a aprovação nesse processo seletivo, os alunos passavam à ter suas aulas nos espaços definidos para cada disciplina: as disciplinas Gímnico-Desportivas ou "práticas", como eram designadas pelos professores, aconteciam ao ar livre, como era o caso de atletismo, boxe e esgrima, que ocorriam ao mesmo tempo, ou nas salas a elas destinadas, como dança e ginástica. Entretanto em períodos de chuva eram transferidas para o prédio principal, e ministradas nos corredores ou na biblioteca, únicos espaços disponíveis. Essa precariedade continuou mesmo após a mudança da Escola para um espaço maior.

CAPÍTULO 2. ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIVERSIDADE DO ESPÍRITO SANTO

À época da mudança da Escola para o bairro Bento Ferreira, o Brasil estava vivendo um momento de efervescência nacionalista, com incentivos à educação através de tratados com países estrangeiros como os acordos MEC-USAID celebrados entre Brasil e Estados Unidos, a partir da década de 50, que estabeleciam a colaboração de técnicos norte-americanos no planejamento do ensino brasileiro em todos os níveis. O Brasil participou do acordo cedendo investimentos financeiros e instituições de ensino; o governo americano forneceu recursos financeiros, os técnicos e as instituições americanas para o recebimento de grupos brasileiros.

O primeiro acordo, celebrado em 30.06.1966, registrava que, com o aumento do número de universidades no país, haveria problemas relativos à preparação de pessoal e às deficiências físicas e administrativas nas instituições. Sendo assim, o acordo previa assistência às universidades brasileiras, oferecendo consultoria técnica, seminários e cursos para os brasileiros nos Estados Unidos. Nesse sentido, uma das propostas estudadas era a transformação das Universidades Federais em Fundações, que seriam mantidas pelo setor industrial que, no momento, estava em evidência. No entanto, a maior parte do complexo industrial brasileiro pertencia ao capital norte-americano. Logo, segundo um texto da época,

As fundações financiadas pelo capital estrangeiro não investiriam em pesquisas autônomas, porque estas pesquisas não interessariam aos financiadores. As indústrias estrangeiras importam ciência e tecnologia de seus países de origem. Neles é que se investem em pesquisa. No Brasil têm interesse apenas em investir na formação de gerentes e técnicos, capazes unicamente de aplicarem *know-how* importado (ALVES, 1968, p. 26).

Essa formação técnica seria melhor estruturada por meio de uma reforma acadêmica, quando o Governo Federal transformasse²⁶ as Escolas e Faculdades das Universidades Estaduais em Centros e Departamentos.

Nesse contexto, a educação foi o ramo que mais incentivos recebeu do governo, que entendia ser ela o lócus de produção e treinamento do capital humano, responsável pelo desenvolvimento do país²⁷ Esses incentivos fizeram aumentar o interesse, principalmente por parte dos defensores do ensino privado, na ampliação dos centros universitários. Tal interesse já era percebido desde a Constituição Federal de 1967, no tópico que discutia a gratuidade ao ensino público.

Na versão definitiva, traduzindo a tendência da maioria governista de "aperfeiçoar" o projeto na direção imposta pelas tecnocracias e pelo privatista, o mecanismo das bolsas de estudo aparece como substituto do regime de gratuidade. E o Artigo 168, que trata da liberdade de ensino, inclui a concessão de bolsas de estudo entre os mecanismos de amparo financeiro dos Poderes Públicos à iniciativa particular no campo do ensino. (FÁVERO, 1996, p. 229).

Assim sendo, as universidades e faculdades particulares privilegiavam o ensino, fornecendo resultado mais rápido para o desenvolvimento do país. À pesquisa, até então, pouca importância se dava. Com a indissociabilidade ensino-pesquisa, normalizada pelo governo e o aumento de investimentos destinados à pesquisa, iniciou-se uma corrida por projetos de pesquisa.

Nesse mesmo período ocorreu uma forte mobilização por parte dos estudantes e demais integrantes do movimento que objetivava reformas no ensino superior, reivindicando melhorias na estrutura dos cursos, com equivalência entre eles e qualidade no ensino. No entanto, o governo utilizou-se dessas reivindicações

²⁶ Decreto Federal nº 63.577, de 08 de novembro de 1968

²⁷ ALVES, 1984

dos estudantes, desprezou os pontos relativos, as reformas sociais, e incorporou os pontos relacionados ao Plano Nacional de Desenvolvimento²⁸ (FÁVERO, 1996)

Como resposta à forte mobilização conseguida pelos estudantes, o governo começou a agir da mesma forma como fizera com o movimento operário: uso de subornos dos líderes (cessão de intercâmbios culturais), repressão e inserção de filiados ao governo junto aos líderes (Pró-Eixo e Pró-Aliados eram grupos de apoio que mais se aproximaram da UNE) (FÁVERO, 1996).

Foi criado, por parte do governo, um Grupo de Trabalho para a construção do projeto de reforma universitária. De acordo com Saviani (1999)

O decreto presidencial foi baixado em 2 de Julho de 1968 e estipulava o prazo de 30 dias para que o Grupo de Trabalho concluísse os estudos e apresentasse uma proposta de reforma universitária. O decreto estabelecia, ainda que os referidos estudos tinham por objetivo garantir a "eficiência, modernização e flexibilidade administrativa" da universidade brasileira, tendo em vista a "formação de recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento do país" (SAVIANI, 1999, p. 21)

Para a formação do grupo, foram convidados alguns estudantes (João Carlos Moreira e Paulo Bouças), mas esses se negaram a participar.

A recusa dos estudantes se explica uma vez que o movimento estudante universitário se transforma no único foco de resistência manifesta ao regime militar. E uma das suas principais bandeiras de mobilização era reforma universitária. Em 1968, levando ao extremo suas pretensões, os estudantes decidiram fazer a reforma pelas próprias mãos. No mês de julho e praticamente todo o segundo semestre. É nesse quadro que o governo, como que raciocinando em termos de " façamos a reforma antes que outros o façam", apressou-se a desencadear o processo baixando, em 2 de julho, portanto no auge da crise estudantil, o Decreto nº 62.937 que instituiu o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (SAVIANI, 1999, p. 22).

²⁸ Plano que visava a estabilização da economia através de incentivos econômicos cedidos às indústrias de bens de consumo duráveis, programas de desenvolvimento da região amazônica e interior e segurança nacional, alimentando a concentração de renda na classe média, que passa a dar mais credibilidade ao plano econômico do governo.

Ao acreditarem nessas informações, pude inferir que o movimento contrário à reforma do ensino universitário provinha mais dos estudantes que dos professores. É claro que existiam docentes que incentivavam e participavam desse movimento, mas existiam também os contrários que, segundo Fernandes (1975), nesses professores...

ainda prevalece o peso dos interesses e dos valores das profissões liberais. [...] ao nível institucional não se pode esperar muito, por enquanto, dos avanços dos professores. Eles tendem a preferir **soluções técnicas** que restringem, solapam ou neutralizam o alcance e os efeitos da **reforma universitária** (FERNANDES, 1975. p. 121). (grifo do autor)

Nesse sentido, é oportuno lembrar Luiz A. Cunha²⁹. Para ele, os professores universitários, neste período, agiram como donos de suas cadeiras. Isso era percebido principalmente entre os integrantes da cátedra vitalícia que agiam de acordo com o desejo de evolução ou estagnação no tempo e no ensino. Por outro lado, a dependência cultural, causada pela influência dos países estrangeiros, tomou a prática docente, em geral, com algumas exceções, reprodutivista e conformista³⁰: Segundo o professor Mário Ribeiro Cantarino Filho³¹ "... estava faltando o espírito universitário, nós dávamos a aula e íamos embora nós não vestíamos a camisa da instituição..."

Nesse contexto, em 28 de novembro de 1968, foi regulamentada a Lei nº 5.540, fixando normas de organização e funcionamento do ensino superior, da qual destaco aqui o seguinte artigo:

Art. 1.º - o ensino superior tem por objetivo a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes e a formação de profissionais de nível universitário

[...] Art. 32 – Entendem-se como atividade de magistério superior, para efeitos desta Lei:

a) as que, pertinentes ao sistema indissociável de ensino e Pesquisa, se exerçam nas universidades e nos estabelecimentos isolados, em nível de

²⁹ CUNHA, 1983

³⁰ FERNANDES, 1975

³¹ CANTARINO FILHO, 2003

graduação, ou mais elevado, para fins de transmissão e ampliação de saber;

b) as inerentes à administração escolar e universitária exercida por professores.

§ 1.º - Haverá apenas uma carreira docente, obedecendo ao princípio da integração de ensino e pesquisas.

§ 2.º - Serão considerados, em caráter preferencial para o ingresso e a promoção na carreira docente do magistério superior, os títulos universitários e o teor científico dos trabalhos dos candidatos. (CARVALHO,1975).

Nessa Lei, pela primeira vez, foi estabelecida a indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa. Acreditava-se que o desenvolvimento e o progresso do país seriam viabilizados pela educação e buscou-se fornecer incentivos ao ensino superior e à pesquisa (centrada no setor científico tecnológico), considerando-os instrumentos necessários para que o país alcançasse crescimento, progresso econômico e tecnológico³².

Justificando a indissociabilidade do ensino e pesquisa, o presidente do Conselho Federal de Educação, professor Roberto Figueira Santos³³, afirmou que o país necessitava de pesquisas que propiciassem progresso. Entretanto, como os grupos de pesquisa se encontravam em locais isolados, ficava dispendioso ao governo patrociná-los. Então, a solução encontrada foi associá-las ao ensino, vinculando-os aos estabelecimentos de ensino superior. Outra justificativa para a indissociabilidade do ensino e da pesquisa diz respeito à criação do tempo integral para o magistério superior e à dedicação exclusiva dos docentes. Nas palavras do presidente Roberto Figueira Santos, o tempo integral e a dedicação exclusiva serviram "para facilitar o trabalho dos professores-pesquisadores, não havia como o docente trabalhar no ensino e na pesquisa em tempo parcial" (CFE, 1973, p. 355).

O professor Mário Ribeiro Cantarino Filho³⁴ ao tratar sobre este período e destas questões no Espírito Santo pondera que

³² CARVALHO, 1994

³³ Discurso proferido na aula inaugural do ano de 1973 na PUC-SP

³⁴ CANTARINO FILHO, 2003

... a universidade resolveu estudar o problema das 40 horas, houve a proposta na reforma universitária de 68, então o que aconteceu os professores com a idéia de ampliar a sua carga de trabalho porque daí ele mudaria a sua condição financeira, aumentaram a carga da disciplina, invés de manter a disciplina no mesmo padrão criar projetos de pesquisas ou de atividade comunitária enfim outro tipo de atividade eles aumentaram a carga horária da disciplina por isso que ficou uma carga horária muito grande em determinadas disciplinas, Futebol você tinha Futebol I, II, III, era jogo o dia todo, então nós ficamos o quê, nós ficamos um curso que era mais profissional técnico do que profissional pedagógico...

Ao verificar a maneira como a reforma universitária foi produzida, os interesses presentes em seu projeto e os objetivos na criação da indissociabilidade ensino-pesquisa, conclui que esse tipo de formação “técnica” como dito pelo professor Mário Ribeiro Cantarino Filho, era o perfil do profissional de Educação Física solicitado e planejado pelas instituições ligadas ao Governo Federal.

2.1 A ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

A Escola, em 1964, seguia o mesmo regimento: da Escola Nacional de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil, através da Portaria nº. 01, de 02 de abril de 1962.

Ministrava os seguintes cursos: Curso Superior de Educação Física, de Técnica Desportiva, com nível superior, duração de três anos para formação de professores de Educação Física e de Técnicos Desportivos; Curso de Educação Física Infantil, duração de um ano, com o objetivo de formar professores normalistas especializados em Educação Física; Curso de Medicina Aplicada à Educação Física e nos Desportos, duração de um ano, fornecendo a formação de médicos especializados em Educação Física e Desportos; e Curso de Massagem, de nível

médio, com duração de um ano, voltado à formação de profissionais habilitados a prescrever e aplicar massagens terapêuticas e desportivas.

A escola possui nessa época a grade de disciplinas composta de:

- I - Anatomia e Higiene Aplicada.
- II - Fisiologia Aplicada.
- III - Cinesiologia Aplicada.
- IV - Fisioterapia Aplicada.
- V - Psicologia Aplicada.
- VI - Biometria Aplicada.
- VII - Metabologia Aplicada.
- VIII - Traumatologia Desportiva e Socorros de Urgência.
- IX - Historia e Organização da Educação Física e dos Desportos.
- X - Educação Física Geral Masculina.
- XI - Metodologia da Educação Física e dos Desportos.
- XII - Educação Física Geral Feminina.
- XIII - Desportos Aquáticos e Náuticos Masculinos:
Natação, Water Polo e Remo (obrigatórias);
Saltos e latismo (optativas)
- XIV - Desportos Aquáticos Femininos:
Natação e natação sincronizada (obrigatórias);
Saltos e latismo (optativas)
- XV - Desportos Terrestres Individuais: atletismo (ambos os sexos/ obrigatória)
pêso e halteres (sexo masculino/optativa).
- XVI - Desportos Terrestres Coletivos:
Futebol e Futebol de Salão (sexo masculino obrigatória); Basquetebol
e Voleibol (ambos os sexos obrigatória);
Handebol, Tennis e Tennis de mesa (ambos os sexos/ optativa).
- XVII - Desportos de Ataque e Defesa.
Box (sexo masculino/ obrigatória);
Luta e Capoeira (sexo masculino/optativa);
Esgrima e Judô (ambos os sexos/ obrigatória);
- XVIII - Ginástica Rítmica
Dança (sexo feminino/ obrigatória);
Ritmo (ambos os sexos/ obrigatória) (EEF-UES, 1964, p. 02).

Apesar de constar em seu currículo a formação em nível superior, a Escola ainda se encontrava em processo de autorização junto ao MEC, para funcionamento do mesmo.

Outro problema referia-se aos espaços físicos, pois na grade de disciplinas constavam matérias que não possuíam, na Escola, local adequado para a sua administração, como era o caso das disciplinas de Desportos Aquáticos.

2.2. A CONSTRUÇÃO ESPACIAL DA ESCOLA: EIXO ESPAÇO-PRÁTICAS DE ENSINO.

A Universidade do Espírito Santo (UES) foi fundada em 30 de janeiro de 1965 e sua estrutura acadêmica constituía-se de:

...institutos universitários – os que integravam o sistema - e de institutos complementares - os que, por seus fins e organização, pudessem concorrer para a ampliação das atividades de pesquisa, de ensino e de influência dos institutos universitários. (BORGIO, 1995, p. 38)

A Escola de Educação Física compunha a UES como instituto complementar e tentava, na década de 60, conseguir junto ao Estado a sua federalização e, conseqüentemente, a autorização para funcionamento do Curso Superior e a aquisição de um espaço que atendesse às necessidades da Escola.

Como já indicado, o espaço foi conseguido em 1965, em Bento Ferreira (Figura 1) e possuía uma área total de 7.612,20 m². Constituía-se de: uma pista de Atletismo, com raias e caixas de areia para a prática de atletismo; três prédios onde localizavam-se as salas de aulas, salas de dança, salas da administração da Escola, a biblioteca e uma cantina, um barracão e um campo de futebol³⁵.

Apesar da precariedade espacial, os docentes se organizavam de forma a ministrarem suas aulas da melhor maneira possível. A professora Guilma Machado Sant'anna³⁶, conta que, por exemplo,

³⁵ EEF-ES, 1965

³⁶ SANT'ANNA, 2002

As aulas funcionavam no campo. Nós não tínhamos ginásios para aulas de Educação Física, mesmo a parte esportiva era feita em campo aberto, só tinha sala para ginástica rítmica, dança e ginástica feminina moderna.

Na época o que era considerada ginástica feminina moderna hoje é ginástica rítmica desportiva, né, (...) Nós só tínhamos ginásio aberto para essas disciplinas (...)

A professora Guilma Machado Sant'anna³⁷, ao ser questionada sobre a estruturação das disciplinas nesse momento, pondera:

...tanto de Educação Física Geral, como de Vôlei, como de Basquete, elas também eram dadas no campo, as aulas teóricas que eram dadas na sala de aula, nas salas eram só Anatomia, Fisiologia, Pedagogia, essas eram dadas na sala; a não ser assim, quando, raramente podia usar, porque não havia espaço, não havia em Bento Ferreira, lá no Estádio Governador Bley, eram aquelas salas que eram vestiários, que a gente improvisava, então não tinha mesmo, aqui em Bento Ferreira, porque nós tínhamos duas salas de aulas para teoria e os dois ginásios, para Ginástica Rítmica e para Dança, isso depois de tempo, porque antigamente era uma sala só, então os horários eram feitos de acordo, era um problema sério, nós tínhamos que trabalhar para fazer horários, eu sei que eu trabalhei depois que ... eu comecei a trabalhar na parte ... porque nós é que organizávamos os horários, era uma dificuldade danada porque a gente tinha que coordenar os horários dos professores com suas atividades fora...

³⁷ SANT'ANNA, 2002

Foto da Escola de Educação Física do Espírito Santos em 1965

Com todos esses problemas relatados e a postura dos professores sobre suas práticas, percebi que alguns docentes tentavam mudar essas atitudes, procurando incentivar os colegas a adotarem novas posturas que se refletiriam em suas práticas de ensino, como o incentivo à pesquisa e a leitura de bibliografias diversas e não apenas daquelas voltadas à sua disciplina.

O professor Mário Ribeiro Cantarino Filho³⁸ conta que percebia que a leitura não era uma prática comum entre seus colegas devido ao fato de a Escola não ter uma biblioteca:

Começamos a montar uma biblioteca, tivemos a preocupação em montar uma biblioteca, muito pobre, muito carente, mas (...) eu sempre fui muito amigo de livros eu provocava e o Aloyr abriu e tinha uma funcionária que cuidava, não era uma bibliotecária, mas ela cuidava da área ali, era uma sala pequena, e que a gente trabalhava ali dentro com esse material, procurando desenvolver as coisas....

Pude perceber que existia, por parte de alguns professores, como o professor Mário R. Cantarino Filho e o professor Aloyr Queiroz de Araújo um interesse em desenvolver uma prática que não fosse voltada apenas para a técnica propriamente dita. Um interesse em fazer os alunos lerem, interpretar e criarem a partir daí suas opiniões e um perfil profissional próprio. São exemplos disso as iniciativas em enfrentar as dificuldades no que se refere à ausência de material e espaço, onde os professores da Escola inovaram com a utilização de recursos audiovisuais, como retroprojeto e projetor de slides.

Uma síntese sobre a utilização destes recursos foi inclusive apresentada pelo professor Aloyr Queiroz de Araújo no II Congresso Luso Brasileiro de Educação Física, realizado no Rio de Janeiro de 09 a 13 de Agosto de 1963, através da obra

³⁸ CANTARINO FILHO, 2003

"Material Didático: ginástica, desportos e recreação. Técnicas e Ensino com audiovisuais para estudantes de Educação Física". Esse trabalho foi uma continuação de um estudo apresentado por ele no I Congresso Luso Brasileiro de Educação Física, intitulado "Organização e administração da Educação Física", onde o professor Aloyr Queiroz de Araújo abordou questões sobre instalações e material didático. No estudo apresentado no II Congresso, o autor afirmou ter utilizado trechos de variadas obras para divulgar aos alunos os recursos audiovisuais, através de 30 slides com desenhos de aparelhagens, atividades e materiais aplicados em aulas de Educação Física (Figuras 2, 3 e 4). Ele escreve em seu trabalho:

Como acessórios poderemos classificar os meios áudios-visuais que são empregados com o objetivo de obter maior rendimento no ensino.

Dos meios áudios-visuais, as projeções comentadas pelo professor, ou com auxílio de gravações, são as de maior efeito e que melhor ajudam a aprendizagem (...)

Em aulas teóricas, com as referentes ao assunto deste trabalho, o emprego das projeções de "slides" assegura ao aluno mais de 30% na fixação e integração da aprendizagem, além do habitual. (ARAÚJO, 1963, p. 11).

O professor Aloyr Queiroz de Araújo acreditava que a utilização desses recursos auxiliaria os docentes de ensino secundário no cumprimento da Portaria n.º 169 de 17.04.1956 que tornou obrigatória a Educação Física para o ensino secundário com instalações adequadas, fornecendo às instituições deficientes em espaços e materiais adequados um subsídio para a prática docente.

Por trás desse fazer acadêmico é interessante observar que a transferência de espaço físico, conforme indicaram as leituras de ofícios e cartas escritas pelo próprio professor Aloyr Queiroz de Araújo ou dirigidas a ele entre os anos de 1961 e 1962, bem como a autorização do Curso Superior para a EEF-ES, só tornou-se realidade em razão da influência e força acadêmica que o professor Aloyr Queiroz de Araújo possuía junto aos órgãos oficiais federais naquele momento.

Figura 2. Slide constante no livro de autoria do professor Aloyr Queiroz de Araújo lançado no II Congresso Luso Brasileiro de Educação Física. (ARAÚJO, 1963, p. 11)

Figura 3. Slide constante no livro de autoria do professor Aloyr Queiroz de Araújo lançado no II Congresso Luso Brasileiro de Educação Física. (ARAÚJO, 1963, p. 11)

Figura 4. Slide constante no livro de autoria do professor Aloyr Queiroz de Araújo lançado no II Congresso Luso Brasileiro de Educação Física. (ARAÚJO, 1963, p. 10)

Entretanto, essa influência e força acadêmica não foram suficientes para fazer com que a Comissão Verificadora do MEC deixasse passar os problemas referentes à qualificação dos docentes responsáveis por determinadas disciplinas como Biometria e Psicologia, cuja exigência do MEC solicitava uma cadeira para cada disciplina, na Escola estavam sendo ministradas por uma única cadeira, por ter sido essa a normatização feita pela Lei Estadual nº 1.430, de 13.03.1959, que criou o Curso Superior de Educação Física, no Espírito Santo. Essas disciplinas eram ministradas pelos professores Alice Grepe de Mello, formada como professora normalista e de Educação Física, responsável pela disciplina Psicologia Aplicada, e pelo professor Léo de Souza Ribeiro, professor normalista, de Educação Física e bacharel em ciências jurídicas, responsável pela disciplina Biometria Aplicada.

O ensino, segundo os relatos dos docentes, constituía-se em repasse de técnicas, que os professores estudavam e seus planos de aulas eram baseados em obras estrangeiras e manuais cedidos pelo MEC.

A preparação das aulas ocorria por intermédio de uma bibliografia própria do professor ou dos manuais de ensino fornecidos pela Divisão de Educação Física do MEC³⁹, nos quais (Figuras 5 e 6) constavam explicadas as atividades, teorias e regras ligadas à área. Alguns docentes utilizavam esses recursos, outros não, como era o caso do professor Carlyle Netto⁴⁰ que, segundo ele, “não utilizava mesmo mas eles estavam à disposição da gente”

³⁹ Cf. BRASIL, DEF-MEC. **Ginásios**. Rio de Janeiro, 1960, BRASIL, DEF-MEC. **Educação Física: curso por correspondência**. Rio de Janeiro, 1965 e, BRASIL, DEF-MEC. **A moderna ginástica sueca: Temas da Educação Física**. Rio de Janeiro, 1967

⁴⁰ NETTO, 2003

FIGURAS 5 E 6 MANUAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Já a professora Guilma Machado Sant'anna⁴¹ relata que os alunos arrumavam formas de conseguir os manuais para acompanhar as aulas.

Era copiar, decorar e fazer, e é por isso que se exigia muito a execução, que já vinha tudo prontinho (...) eles compravam, eles podiam vigiar o professor, se o professor tava fazendo negócio certinho; ai dos professores que pulassem uma parte ou que esquecessem um exercício...

Esses manuais, pelo que depreendi em minha pesquisa, auxiliavam professores e alunos nas dinâmicas de aulas. Parte deles constam nos programas das disciplinas, que nessa época, ainda não possuíam ementas e eram categorizados em objetivos; assuntos (parte teórica e parte prática); formas de trabalho (sessões de trabalhos, tarefas dirigidas, metodologia, organização e treinamento).

As aulas ocorriam em seu ambiente apropriado sendo que, de acordo com a professora Guilma Machado Sant'anna⁴²

A ginástica geral era mais uma ginástica de campo, a gente só trabalhava mais com ginástica natural e mais com ginástica sueca, nós tínhamos o sistema de Educação Física, os métodos e sistemas então nós trabalhávamos com ginástica natural calistenia, ginástica sueca, francesa que era base (...) era mais natural, né, (...) eu só trabalhava com a parte feminina, naquela época se achava que a Educação Física deveria ser dada professora para a parte feminina e professor para a parte masculina, trabalhava mais a musculatura, porque naquela época a Educação Física para os professores eles praticavam como se fossem alunos mesmo de Educação Física, era a prática mesmo, então aluno que não tivesse aptidão não conseguia fazer curso de Educação Física ...

Sobre as aulas da disciplina de ritmo, a professora Geny Cúrcio⁴³ relata:

⁴¹ SANT'ANNA, 2002

⁴² SANT'ANNA, 2002

Na aula de ritmo mandava caminhar, batia, mandava eles marcarem, né, (...) tinha só execução deles para ver se estavam... eu batia e eles tinham que executar dentro da minha batida né, do ritmo, fazer uma... caminhar, qualquer coisa, dentro da batida, e também ler o ritmo, então eles tinham que aprender a... as notas não, os valores, então tinha os valores, tá, tá, tá, tá, tá, tá **(Nesse momento da entrevista a professora começou a bater a mão na mesa marcando o ritmo como se estivesse em aula)**, então aqui dentro ele tinha que escrever, fazia ditado também, o que eu batia tinha que escrever, aí que eles achavam ruim "pra quê?", "eu falei" não gente, é ritmo, então nunca é demais aprender música, não é música, é só o ritmo, só a batida, música já são notas, eu não dou pauta, não dou claro, não dou nada, é uma linha ali vai escrevendo os valores musicais (...) isso é o que vocês têm que fazer, só isso (**grifo meu**).

Algumas disciplinas eram aplicadas a ambos os sexos. Nesses casos, permitia-se que professores do sexo masculino ministrassem aulas para as alunas, mas às professoras não era permitido administrar aulas para turmas masculinas. Como afirma a professora Guilma Machado Sant'anna⁴⁴ "Atletismo, eles davam aula, parte de voleibol também professores davam aulas para as moças, basquete também os professores davam aula para a parte feminina (...) as professoras não davam aula para a parte masculina"

O professor Mário Ribeiro Cantarino Filho⁴⁵ confirma isso e relata a dificuldade que enfrentou ao tentar aprimorar seu ensino aplicando conhecimentos adquiridos no curso de especialização em Técnico Desportivo feito por ele na Alemanha, tentando assim passar um ensino diferenciado do até então aplicado na Escola

...quando eu voltei em Dezembro de 63 voltei pra lá e retomando ao trabalho mas trouxe uma série de informações, e essas informações eu procurava passar eh pra frente, havia alguma reação contrária com essas idéias, na parte de Atletismo por exemplo nós estávamos trabalhando muito em cima de uma linha técnica e na Alemanha eu vi uma parte em cima do ensino educativo, como você poderia utilizar o

⁴³ CÚRCIO, 2003

⁴⁴ SANT'ANNA, 2002

⁴⁵ CANTARINO FILHO, 2003

correr, o saltar e o lançar dentro de uma prática educativa, que no meu entendimento, sempre no meu entendimento, até mesmo acompanhando o significado da palavra licenciado, que nós somos eminentemente educadores, apesar da proposta da época de que nós somos da área de saúde, e agora está se discutindo outra vez isso a minha visão sempre foi nesse sentido. Então eu comecei a introduzir no curso essa parte metodológica porque nesse início nosso na parte de Atletismo valia muito ao aluno que tinha pendores no Atletismo, quem saltava mais, ganhava mais nota, quem arremessasse mais, teria mais nota, quer dizer havia uma predominância muito forte na avaliação em cima do desempenho mais em cima do desempenho do que na parte do conhecimento, Então muito aluno que era mau de escrita mas era bom de campo acabava ganhando uma nota melhor do que aquele que era ruim de campo e bom de escrita...

Esse relato deixa claro que alguns profissionais já pensavam em trazer o cotidiano do aluno para suas aulas, para o interior da escola. Ainda no que se refere à disciplina das aulas, antes eram constantemente influenciadas pelos eventos, tanto que alguns anos antes, em 17.08.1961, foi assinado um convênio entre a Escola e a Campanha Nacional de Educação Física, sendo o representante dessa Campanha no Espírito Santo o professor Orlando Antônio Ferrari. (BRASIL, 1961). Dentro dessa Campanha Nacional de Educação Física ocorreram a Campanha de Aprendizagem de Natação, que teve a participação da EEF-UES, do serviço de Educação Física e do Praia Tênis Clube, e os festivais de dança, onde os professores de Ginástica Geral e Dança exigiam, como avaliação final, apresentações de coreografias que contivessem os conteúdos tratados em aula e que eram apresentados à população. A professora Guilma Machado Sant'anna⁴⁶ descreve esses eventos da seguinte forma:

... a gente fazia festivais, então a gente dividia as turmas por grupos e cada uma tinha, que de acordo com aquele número de exercícios dados em aula, elas tinham que preparar um número de apresentação, então tinha que entrar saltitos, balanceamentos e exercícios abdominais (...) elas escolhiam a música e de acordo com a música elas efetuavam (...) eram apresentações lindas (...) normalmente a avaliação final eram os festivais, a apresentação.

⁴⁶ SANT'ANNA, 2002

(...) o professor Aloyr exigia os festivais para difundir e divulgar a Educação Física. (...) todo mundo gostava do negócio, porque quem era professor de Educação Física naquela época era professor, que gostava de trabalhar e com a Educação Física, entendeu, então todo mundo vibrava com aquilo, a gente praticamente isolava, abandonava a casa para viver em função da Educação Física, nós nunca tivemos pagamentos das aulas extraordinárias, aulas extras, aulas não sei o quê, não, a gente ficava lá no campo, ensaiando até dez, onze horas da noite, não tinha isso não, ia para o Ginásio, lá para o Saldanha [**Clube de Regatas Saldanha da Gama**], para treinar que às vezes a gente apresentava lá, ia lá para treinar, também a mesma coisa (**grifo meu**).

Para esses eventos vinham solicitações para realizarem tais festivais fora da capital, como foi o caso do convite feito por parte da Escola Moacir Ávidos Fraga, com o objetivo de beneficência, para uma excursão a Manguinhos⁴⁷. Este convite, segundo o professor Dr. Ignácio F. Pessoa Neto, poderia ser aceito desde que " ... se certifique ao convidante de que nenhuma vantagem pecuniária seja concedida aos alunos, para evitar a profissionalização da participação nesses festivais" (EEF-UES, 1962, p. 05). Existiam também planos para a realização desse mesmo tipo de campanha com Basquete e o Voleibol, contando - com o auxílio do Clube de Regatas Saldanha da Gama.

A Campanha Nacional de Educação Física foi um plano do Governo Federal de expandir e propagar a Educação Física junto à população, acreditando que inserindo os jovens no esporte os afastaria de atividades anti-sociais. Essa Campanha baseava-se em os Estados enviarem projetos e o Governo Federal os financiar; o Estado (e aí se entende a Escola e o Serviço de Educação Física) conseguiu verbas com alguns desses projetos acima mencionados e com trabalhos junto à comunidade, como o desenvolvido com as crianças da Escola de Aplicação, anexa à Escola de Educação Física. Nesse trabalho os alunos do último ano do Curso Superior e Infantil da Escola ministravam atividades aos alunos da escola estadual, repassando os conhecimentos por eles aprendidos em aula, sendo essa uma das tarefas avaliativas da Instituição. Segundo um ofício enviado pelo professor Aloyr Queiroz de Araújo ao superintendente da Campanha Nacional de Educação Física, professor Alfredo Colombo,

⁴⁷ Balneário próximo a cidade de Vitória, no município da Serra-ES

explicando que, como as crianças eram de baixa renda, a Escola estava fornecendo alimentação e assistência médica, sendo necessária uma verba para compra de uniformes de ginástica para que efetuassem as atividades. (EEF-UES, 1963).

Essas atividades, de acordo com o professor Mário Ribeiro Cantarino Filho⁴⁸, ocorriam da seguinte forma:

... de tarde ficava a garotada lá fazendo a aula de recreação e ginástica com o aluno do curso, com a professora Antonieta e a professora Guilma trabalhavam com essas disciplinas. E eu conversando com essa garotada e um garoto criticou, eu perguntei o que eles achavam daqueles jogos, ele fez críticas aqueles jogos, e aí eu fiquei matutando, aquela garotada de Bento Ferreira ou brincava no mangue ou brincava na pedreira, ali era o ambiente deles e de tarde de vez em quando um escapulia e subia na caixa d'água, ou então tinha um muro divisório da Escola com o campo de futebol do Vitória (**time de futebol de Vitória-ES**), um muro alto, eles passavam correndo em cima desse muro alto. Aí eu fiquei matutando, com o que eu tinha visto na Alemanha e via ali, essa recreação para esses garotos é incompatível, eles têm que fazer pára-quedismo, né, naquela época não se falava de esporte de aventura, eles têm que fazer montanhismo, pára-quedismo, têm que fazer uma coisa diferente porque pela atividade natural deles esses joguinhos não atendem, então o pessoal ficava meio bravo de eu estar falando essas coisas ... (**grifo meu**).

A recreação e a ginástica adotadas na época seguiam a linha francesa, sendo assim, as atividades consistiam basicamente em jogos com bolas, arcos, danças folclóricas, jogos de roda, corridas, alongamentos. Através desse relato percebi que alguns profissionais já pensavam em aproveitar a experiência de magistério dos alunos da Escola, como também o cotidiano dos alunos da Escola de Aplicação em suas práticas de ensino.

Assim, no que se refere ao ensino na Escola, nessa época, o professor Mário Ribeiro Cantarino Filho⁴⁹ relatou que

⁴⁸ CANTARINO FILHO, 2003

⁴⁹ CANTARINO FILHO, 2003

... em 64 já tinha morrido o método francês eu não sei porque cargas d'água a Divisão de Educação Física publicou outra vez o livro do método francês e aquilo ali virou bíblia dentro das Escolas de Educação Física, numa época que já a coisa já tava defasada não sei se foi uma idéia de preservar o conhecimento ou foi divulgar no sentido não de prática mas de conhecimento em si, não sei aí o objetivo. Mas muita gente adotou aquilo ali dentro...

Nesse período, o reitor da UFES⁵⁰, o professor Alaor Queiroz de Araújo, irmão do diretor da EEF-UES, executou na universidade um processo de expansão, desenvolveu a reestruturação acadêmica, científica e administrativa e a construção do Campus Universitário de Goiabeiras, em Vitória. Com a federalização, em 1965, foi instituído o Plano de Reestruturação da UFES. Nele, dentre várias normas, constava a dissolução da Congregação das Faculdades e Escolas vinculadas à Universidade para Conselhos Departamentais, com vistas a um melhor encaminhamento dos trabalhos das referidas instituições.

Nesse mesmo plano, o reitor Aloyr Queiroz de Araújo, ao se dirigir ao Conselho Federal de Educação, sugere alteração da designação das Escolas e Faculdades por Centros e explica as razões: "A palavra Centro, consagrada pelo Conselho Universitário é bastante significativa e melhor adequada, já que exprime de modo claro e sintético o espírito da integração universitária [...]" (BORG, 1995. p. 77).

Por meio dessa solicitação, oito faculdades e escolas foram substituídas por Centros. Apesar disso, de acordo com o que está registrado nas atas de Congregação, a Escola só passa a ser registrada como CEFD-UFES a partir de 1971, quando da mudança para o campus universitário no bairro Goiabeiras.

⁵⁰ Lei Federal nº 4.759, de 20 de agosto de 1965.

Nessa época, ocorrem dentro da Escola os primeiros Jogos Universitários Brasileiros, que passaram a ser considerados como atividade universitária regular. Para desenvolver tais atividades o quadro docente constava, naquele momento, dos seguintes professores contratados: como professores instrutores, constam: Geny Cúrcio, para ocupar a cadeira de Educação Física Geral Feminina, que auxiliaria a professora titular da cadeira, Antonieta Ramos; Maria de Lourdes Paula Pereira, para ocupar a cadeira de Metodologia de Educação Física e Desportos, que auxiliaria o professor titular da cadeira, professor Aloyr Queiroz de Araújo; Mário Ribeiro Cantarino Filho, para ocupar a cadeira de Desportos de Ataque e Defesa, que auxiliaria o professor titular da cadeira, Orlando Antônio Ferrari e Marta Porto Carreira, para ocupar a cadeira de Desportos Aquáticos Femininos, que auxiliaria a professora titular da cadeira, Guilma Machado Sant'anna⁵¹.

Na Escola, os professores eram convidados a organizar eventos. Esse convite se estendia aos alunos que eram, em sua maioria, também professores das escolas do Estado, os quais participavam como competidores e organizadores desses Jogos, com a supervisão dos professores. Tais eventos, da mesma forma que os festivais, serviram como forma de avaliação nas disciplinas respectivas. Segundo a professora Geny Cúrcio⁵²

O professor Aloyr gostava muito de fazer os jogos olímpicos, sempre era uma festa grande, então os jogos olímpicos eram de todas as cidades do Espírito Santo que vinham para competir, era bom, muito animado, a apresentação, a abertura era ginástica, era bonito, (...) era uma vez por ano...

Para participar desses eventos era necessário que o aluno tivesse disciplina, boa conduta e uniforme completo e correto. A professora Guilma Machado Sant'anna⁵³ relatou assim esse período:

⁵¹ EEF-UES, 1962.

⁵² CÚRCIO, 2003

⁵³ SANT'ANNA, 2002

Foi muito difícil a gente botar o aluno para ele pesquisar e criar, daí é que vieram esses festivais que a gente então passava para eles a responsabilidade deles criarem porque até então as festivais que haviam por aqui a gente já dava o plano prontinho para as escolas e os professores só colocavam em prática a partir daí então foi que começou a Escola, o negócio da Escola funcionar a fazer os alunos pesquisarem, eles trabalharem, (...) aí então foi que eles começaram a pesquisar, Cantarino trabalhou muito em cima de pesquisa com eles, muito mesmo (...) eles criarem, criar movimentos...

A dinâmica de atividades da Escola funcionava da seguinte forma: os alunos da Escola formavam equipes entre si para disputar jogos com equipes de outros cursos superiores de Educação Física e formavam equipes com seus alunos das escolas estaduais para participar dos jogos e dos festivais entre escolas. Segundo o registrado em atas de reuniões de Congregação e Departamento da Escola, apesar de toda movimentação na Escola com esses eventos, a ordem era mantida, sendo, inclusive, um dos pontos que mais chamaram a atenção na leitura desses documentos registrados com datas dessa época, foram as diversas reclamações por parte dos professores quanto ao uso ou negligência dos alunos com o uniforme. Nesse período, 1966, existia uma grande exigência de uniforme, sem o qual o aluno não poderia freqüentar as aulas. Inclusive, em uma das reuniões do Conselho Departamental, o professor Aloyr Queiroz de Araújo chama atenção para o fato de que os "... alunos comparecem às aulas teóricas com indumentárias de várias cores, num desrespeito às exigências do Regimento" (EEF- UFES, 1966, p. 71).

A professora Olga Albert⁵⁴ relata o fato de uma vez ter discutido com seus alunos, que desejavam trocar o uniforme por um modelo mais popular:

...Alto lá, você não tem que se impor pelo seu uniforme, você tem que se impor pela postura, não é pelo uniforme, o açougueiro usa branco e o médico usa branco, e pergunta se o médico se confunde com o açougueiro? Não, por quê? Pela postura, você conhece, dentro do mesmo hospital, todos

⁵⁴ SANT'ANNA, 2002

estão de branco, você conhece o médico do enfermeiro, porquê? Pela postura, pela maneira de ser, você tem que se impor pela maneira de ser e não pela roupa....

E defende ser pelo conhecimento que o profissional se impõe.

Alguns anos depois, em 1969, o professor Eulier Fávaro Machado, como diretor substituto, na reunião do Conselho Departamental, registra a composição de normas de conduta aos discentes da Escola, dentre elas, o uniforme e informa que "manteve a direção entendimento com o serviço Reembolsável Universitário, que financiará a sua aquisição, para uso obrigatório, a partir do segundo semestre" (EEF- UFES, 1969, p. 123).

De acordo com a professora Geny Cúrcio⁵⁵, em seu depoimento, o uniforme constituía-se da seguinte forma:

...os alunos vestiam calção preto, blusa branca e sapato preto para aulas práticas; para aulas teóricas o mesmo uniforme substituindo apenas o short por uma calça preta. Os professores que ministravam aulas práticas usavam calça preta, camisa branca e sapato preto; os de aulas teóricas, roupas sociais.

Já professor Carlyle Netto⁵⁶ descreve que o uso do uniforme era primordial para a manutenção da ordem:

...a Escola sempre foi muito exigente, né, então... o Aloyr era exigente demais mesmo, até demais, e os professores...tem gente que não gosta dessa...desse tipo de pessoa(...) isso influenciou naturalmente na qualidade do ensino e dos professores, né, ele era pontual, ele era presente, sempre presente, e exigia apresentação dos professores uniformizados, exigia mesmo, ninguém andava à vontade não, ele cobrava (...)a gente que já tinha uma formação militar que já era levado pra isso e comungando com um professor exigente que casava o pensamento da gente, era uma beleza, né?

⁵⁵ CÚRCIO, 2003

⁵⁶ NETTO, 2003

Nesse período, percebi também as exigências relacionadas à frequência e aos ensaios de 7 de Setembro, pois, de acordo com a ata da reunião do Conselho Departamental de 05.09.1967, os alunos que não comparecessem ao desfile de 7 de Setembro teriam que prestar justificativa com antecedência junto ao Conselho Departamental, que iria apreciar e resolver se acatava ou não a mesma para liberar a ausência do aluno ao evento (EEF- UFES, 1967, p. 51).

Todos os professores em suas entrevistas afirmaram que as datas patrióticas na Escola eram verdadeiros eventos. Época em que o professor Aloyr Queiroz de Araújo fazia questão das bandeiras do Brasil e do Espírito Santo e discursos, sendo o professor Carlyle Netto um dos maiores oradores da Escola. Além disso, uma vez por semana, na Escola, entoava-se o Hino Nacional e hasteava-se a bandeira do Brasil. A professora Guilma Machado Sant'anna⁵⁷ escreve o hasteamento da seguinte maneira:

Hasteamento da bandeira havia uma palestra, assim rápida, normas que eram passadas aos alunos, algum problema, algum problema disciplinar era comentado ali, na hora do hasteamento da bandeira (...), o orador oficial era o professor Carlyle, era militar, né.

O pensamento nacionalista estava muito presente nas aulas, como explica a professora Geny Cúrcio⁵⁸, ao relatar sobre as aulas em que tentava ensinar os Hinos oficiais (Hino Nacional, Hino da Bandeira, Hino da República e Hino da Independência) aos seus alunos:

eu também exigia os quatro hinos oficiais, Hino Nacional, Hino... sabe? Uma vez eu mandei eles escreverem o Hino Nacional, olha minha filha, eu quase caí dura, um escreveu assim: "Elvira do Ipiranga as margem; prâncidas, de um povo, herói cobrado, herói cobrado..." , meu Deus, eu tinha avisado "olha na próxima aula vocês vão escrever o Hino Nacional", olha eu acho que eles nunca leram o hino nacional, aí mandei

⁵⁷ SANT'ANNA, 2002

⁵⁸ CÚRCIO, 2003

que fossem pra casa, copiassem o hino e me trouxessem copiado, que não é possível um brasileiro não saber o Hino Nacional, ainda mais um aluno de ensino superior, de um Curso Superior, escrever uma barbaridade dessa, né, (...) Hino Nacional eu acho que todo brasileiro tem obrigação de saber, ainda mais professor de Educação Física; em todo grupo escolar, em todo colégio que trabalha é ele que vai cantar o Hino Nacional diante dos alunos; pelo menos lá no Liceu (**Colégio Liceu Muniz Freire, de Cachoeiro de Itapemirim, ES, onde trabalhava antes de vir atuar na Escola**) era assim, o professor mandava me chamar lá na minha sala pra cantar o Hino Nacional junto com os alunos e em grupo escolar também, o professor de Educação Física é que canta junto com os alunos, é o professor de Educação Física que ensina os alunos a cantar, então gente... e o brasileiro ele tem a obrigação de saber o Hino Nacional (...) o objetivo era que eles fossem pra escola deles ensinar O Hino Nacional... (**grifo meu**).

Com isso, inferi que as influências nacionalistas propagadas na década de 30 pelo Governo Federal e pela Escola do Exército, juntamente com a moralização e disciplinarização inerentes aos programas de ensino daquela época, continuavam, após três décadas, presentes na prática docente dos professores formadores.

Prática essa que, na década de 60, receberia incentivos para uma maior qualificação.

2.3 INICIATIVAS QUE VISAVAM A QUALIFICAÇÃO DOCENTE.

Na década de 60, o corpo docente da Escola era, em sua maior parte, licenciado em Educação Física e registrado pela Divisão de Educação Física do MEC. Apesar disso, existiam alguns professores que não possuíam especialização em Educação Física, como os médicos Dr. Ignácio Thomas Pessoa Neto (Metodologia Aplicada) e Dr. Alzir Bernadino Alves (Cinesiologia Aplicada), sendo esta uma das deficiências apontadas pela Comissão Verificadora do MEC para conceder a autorização de funcionamento do Curso Superior.

Diante desse quadro, o professor Aloyr Queiroz de Araújo, preocupado em capacitar os professores da Escola que foram avaliados com tendo baixa qualificação para exercer cadeiras em Curso Superior, procurou formas de qualificar o corpo docente. Havia urgência, pois em Dezembro de 1961 fora promulgada a LDB que regia em seu Art. 201 como "obrigatória a prática da Educação Física em todos os níveis e ramos da escolarização, com predominância esportiva no ensino superior" (BRASIL, 2002). A autorização era a certeza de liberação de verbas para ampliação do espaço físico, vinculação junto à Universidade e formação superior de um número maior de profissionais para a área.

Como solução para esse problema, o professor Aloyr Queiroz de Araújo resolveu promover cursos e seminários como o "estágio para aperfeiçoamento de professores", proposto em reunião de Congregação da Escola, para acontecer de 12 a 30 de junho de 1961, tendo como objetivo uma melhor qualificação dos mesmos, exigida pela Escola (EEF-UES, 1960, p. 118).

Constatai que, nessa época, a maioria dos professores não possuía especialização e poucos tinham diplomas de cursos freqüentados, com exceção do professor Aloyr Queiroz de Araújo. Comecei então a questionar: por que esses professores não tinham qualificação? Falta de oportunidade? Falta de interesse? Então, qual era o empecilho? Por que trazer profissionais de outros Estados e não enviar os docentes da EEF-ES para efetuar cursos em outros lugares?

Uma das idéias que me ocorreram foi que, devido à rigidez e à postura do professor Aloyr Queiroz de Araújo, alguns professores fossem contrários a ele e adotassem a postura de não sair para qualificação como represália ao diretor da Escola. Entretanto, de acordo com a professora Guilma Machado Sant'anna⁵⁹, o que ocorria era o contrário:

⁵⁹ SANT'ANNA, 2002

... a maioria (**dos professores**) sempre se deu muito bem com ele porque ele exigia, mas ele dava, ... ele, ele já era de idade e ele tava ali com a gente, ele não exigia só, né, ele se dedicava de corpo e alma, a vida dele, ele era casado, não tinha filhos, a vida dele era a Educação Física (**grifo meu**).

Comecei então a analisar os cursos ministrados na Escola, os professores que saíam para estudar fora do Estado ou do país, os convites para cursos, seminários, enfim, tudo que pudesse ajudar a responder àquelas questões. Pensei que, naquela época, as oportunidades eram mais raras, mas essa idéia logo foi descartada pois verifiquei nas atas da Congregação e dos Departamentos do período convites para participar de eventos e congressos dirigidos aos professores. Percebi também que, geralmente, eram sempre os mesmos que aceitavam esses convites. Sobre isto os relatos não são concordantes. De acordo com o professor Carlyle Netto⁶⁰, "houve muitos cursos no Estado e os que ocorreram fora do Estado sempre que os professores eram convidados saíam". Já O professor Mário R. Cantarino Filho⁶¹ relata que só os "estrangeiros"⁶², professores pertencentes ao quadro docente da Escola mas provenientes de outro Estado, segundo ele "só saíam os 'estrangeiros', o grupo de professores antigos da Escola não fazia muito questão de se qualificar fora não, os convites ocorriam, mas não existia muito interesse, não".

Então, imaginei que os convites poderiam não ser liberados a todo o quadro docente da Escola, afinal, era conhecida a rigidez com que o professor Aloyr Queiroz de Araújo dirigia a Escola, pois ele possuía um estilo "linha dura" e as indicações para monitor, instrutor ou professor partiam sempre dele. Assim, uma hipótese levantada é que só saía para qualificação quem ele escolhesse.

⁶⁰ NETTO, 2003

⁶¹ CANTARINO FILHO, 2003

⁶² "estrangeiros" foi uma designação dada pelos professores da Escola aos seus colegas de outro Estado fato que explicarei melhor no ponto 2.4.

Como resposta a essas dúvidas, a professora Guilma Machado Sant'anna⁶³ afirmou que ele limitava as vagas "...por causa das escolas que não podiam ficar sem professores (...) aqui na Escola de Educação Física era mais difícil [a substituição], a gente saía mais em época de férias”.

É bom lembrar que o Serviço de Educação Física liberava o professor para cursos e seminários apenas com seus vencimentos, ou seja, os gastos de viagem corriam por conta do docente.

Ao chegar o convite, o próprio professor Aloyr Queiroz de Araújo fazia a seleção dos docentes que seriam liberados para freqüentar o evento, entre esses estavam inclusos professores da Escola e da rede pública de ensino, que saíam com seus vencimentos e, ao retornar, expunham os conhecimentos apreendidos nos cursos em seminários promovidos pelo Serviço de Educação Física do Estado, dirigidos a todos os professores de Educação Física do Estado. Esses eventos ocorriam sempre aos sábados, para não atrapalhar o calendário letivo das escolas. Segundo a professora Guilma Machado Sant'anna⁶⁴

...era para cursos de aperfeiçoamento, porque a gente realizava todo ano, ou nós saíamos para fazer curso de aperfeiçoamento fora, os professores de Educação Física da rede estadual, tanto professores, todos os professores ou então a gente fazia estágios, que a gente chamava de estágios, né, cursos e aperfeiçoamento, atualização, quando vinham professores do exterior para dar cursos em São Paulo, Santos, fiz vários no Rio de Janeiro, muitos cursos mesmo, nós fizemos ali, e o Espírito Santo também oferecia, às vezes mandava buscar professores fora e oferecia cursos aqui então estes eram realizados no Saldanha [Clube de Regatas Saldanha da Gama], cursos de atualização ou de aperfeiçoamento...

⁶³ SANT'ANNA, 2002

⁶⁴ SANT'ANNA, 2002

Os convites para esses eventos vinham, geralmente, do Governo Federal, pois o professor Aloyr Queiroz de Araújo possuía influência junto aos órgãos estaduais e federais de ensino, devido à sua força pessoal (era de família influente no Estado), acadêmica (era professor, pesquisador, integrante da FIEP- Federação Internacional de Educação Física, estudioso, tendo várias publicações, participações em eventos nacionais e estrangeiros, além de atuar em rádio e jornal) e política, que adveio do pertencimento das forças anteriormente citadas. E isso fazia com que outros professores, mesmo seus opositores, o respeitassem, pois tais forças faziam com que não só ele, mas também a Escola, tivessem grande importância junto à Educação Física nacional. Segundo o professor Guilma Machado Sant'anna⁶⁵

... era por isso que a Educação Física naquela época andava, ela tinha uma pessoa dentro da Diretoria de Educação Física que realmente se preocupava com a parte pedagógica da Educação Física na Escola, entendeu, então ele queria que os professores estivessem todos atualizados, então a gente tinha essa facilidade...

2.4 O DIRETOR ALOYR QUEIROZ DE ARAÚJO E A AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DO CURSO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA ESCOLA.

O professor Aloyr Queiroz de Araújo (Figura 7) tinha também muito interesse em promover a qualificação dos professores da Escola por saber que essa era uma das exigências do MEC para conseguir a federalização e, conseqüentemente, a autorização para funcionamento do Curso Superior de Educação Física.

⁶⁵ SANT'ANNA, 2002

E, para conseguir tal intento, ele organizou cursos, seminários e fez alguns arranjos para suprir as deficiências relatadas pela Comissão Verificadora do MEC. Entre os arranjos, consta o relatado pela professora Guilma Machado Sant'anna⁶⁶

... para a federalização da Escola eu tive que... responder pela disciplina de natação, porque nós éramos poucos os professores com Curso Superior, aqui em Vitória, é tanto que vieram dois ou três professores depois do Rio, e para cá, professora de Dança (**Marly Antunes**), veio o Cantarino (**Mário Ribeiro Cantarino Filho**), veio a Martha [Martha Carreiro] da natação, então eu... que o professor Raymundo (**Raymundo Ângelo Filho**) dava aula de natação, mas ele não tinha titulação, então eu assinava como professora de natação da parte feminina, e meu irmão, que é falecido, Eulier (**Eulier Fávaro Machado**), ele assinava, como professor de natação, na parte masculina, então eu respondia por duas disciplinas dentro da Escola ...ele que dava aula, eu nem recebia nada por isso, eu só recebia pela disciplina que eu dava aula...

⁶⁶ SANT'ANNA, 2002

Além desses arranjos, o professor Aloyr Queiroz de Araújo utilizou sua influência nacional junto aos órgãos federais responsáveis, como consta na ata da reunião da congregação dos professores da Escola de Educação Física do Espírito Santo, ocorrida em 07.03.1960 (EEF-ES, 1960, p. 26), na sede do Serviço de Educação Física, em Vitória, no informe feito pelo professor Aloyr Queiroz de Araújo à congregação em que ele "... deu conhecimento do ofício do Exmo. Sr. Governador, no qual era previsto o funcionamento do referido Curso Superior de Educação Física no próximo ano letivo de 1961".

A autorização para funcionamento do Curso Superior por parte do Governo Federal era, há muito, um objetivo da Escola, que funcionava no Estado há 30 anos e possuía o reconhecimento estadual para funcionamento⁶⁷. Essa autorização implicava na vinculação da Escola à Universidade Federal como instituto universitário e significava formar professores licenciados, garantia de espaço físico dentro do campus universitário e mais verbas para a Escola.

Para conseguir a aprovação do MEC, a Escola precisava receber a visita de uma Comissão Verificadora desse órgão, cujo objetivo seria avaliar se a instituição teria condições de renovar seu credenciamento e segundo o registrado na ata de reunião da Congregação ocorrida em 04.10.1960, ela "... disse que está à disposição deste Serviço tendo assim marcado sua vinda para 12 ou 13 deste mês. Disse ainda que mesmo simbolicamente faremos o possível para instalação no dia em que a Escola fizer 30 anos..."(EFF-ES, 1960, p. 32).

Quinze dias após essa reunião, D. Yesis compareceu a uma reunião da Congregação e informou que esta teria que escolher três nomes para diretor da Escola e entregar ao Governador. Sobre a autorização para o funcionamento do Curso Superior de Educação Física afirmou:

... que usará sempre de franqueza em qualquer assunto, pois também não teve a impressão como Escola, dizendo que achou os programas não atualizados, não achando incapacidade dos professores e sim da desatualização. Comentou assim que as matérias Biometria e Psicologia, sendo só uma cadeira, tendo de haver desdobramento e tendo que essas matérias serem desempenhadas por um médico... (EEF-ES, 1960, p.32).

Nessa época foi criada a Universidade do Espírito Santo, por meio da Lei Federal nº 3.868 de 30 de janeiro de 1961, sendo a Escola inicialmente registrada como curso especial pelo Departamento de Educação Física, instituto complementar, ou seja, auxiliava as atividades de pesquisa e ensino dos institutos universitários, que eram os participantes da Universidade do Espírito Santo, passando a denominar-se Escola de Educação Física da Universidade do Espírito Santo (EEF-UES) e constituída dos seguintes departamentos: Departamento de Terapêutica, Departamento de Pedagogia, Departamento de Ginástica, Departamento Cultural da Reitoria (EEF-ES, 1962, p.08).

Nesse ínterim, na EEF-ES, em 05.10.1961, foi apresentado o novo regimento a ser estudado pelos professores Carlyle Netto, Léo de Souza Ribeiro e Manoel Carvalho de Anchieta. Como a Escola ainda não tinha conseguido construir suas próprias diretrizes, o novo regimento seguiu as mesmas diretrizes do regimento da Escola Nacional de Educação Física do Rio de Janeiro, sendo adotado pela EEF-UES, de 03/1962 a 25.05.1965 (EEF-UFES, 1966).

Nos documentos consultados estão descritos os pedidos de instruções, por parte do professor Aloyr Queiroz de Araújo, de como sanar irregularidades encontradas pela Comissão Verificadora do MEC, boa parte dessas deficiências referiam-se à qualificação exigida dos docentes para ministrar determinadas disciplinas. No ofício nº 762/62 (EEF-UES, 1962), enviado pela Comissão à reitoria da Universidade do Espírito Santo constam os seguintes problemas:

Cadeira de Anatomia Humana e Higiene Aplicada o Dr. Bolivar Moioli Pereira de Abreu e Silva, candidato indicado, não preenche o requisito legal de ser diplomado em Medicina Aplicada (...); Cadeira de Cinesiologia, o candidato, Dr. Alzir Bernadino Alves, falta o curso especializado de Medicina Aplicada (...); Cadeira de Fisiologia Aplicada, o candidato Dr. Ignácio Thomás Pessoa Neto, não tem o curso de Medicina Aplicada (...); Cadeira de Biometria Aplicada, o candidato indicado, professor Léo de Souza Ribeiro, não é médico (...); Cadeira de Desportos Terrestres Individuais, o candidato, professor Carlyle Netto, que não tem, a nosso ver, condição legal para ingressar no Corpo Docente, pois lhe falta o Curso Superior de Educação Física ou equivalente; Cadeira de Desportos Aquáticos e Náuticos, o professor Raimundo Ângelo Filho, candidato proposto, não atende às exigências da Lei. É um empírico, dotado de grandes qualidades pessoais de dedicação e eficiência, mas carece de lastro técnico indispensável ao exercício da Cátedra.

Pela análise acima reproduzida, depreende-se que alguns dos candidatos, apesar de não possuírem o específico título de habilitação, apresentam condições técnicas satisfatórias para prover as suas respectivas cadeiras, sob o regime de contrato. A investidura na Cátedra ficaria dependendo do cumprimento das exigências legais para cada caso.

Por esse ofício fica claro que as deficiências eram grandes e que muito ainda deveria ser feito. Na tentativa de solucionar tais problemas, o professor Aloyr Queiroz de Araújo viajou, nesse mesmo ano, 1962, para o Rio de Janeiro para reunir-se com o então diretor da Divisão de Educação Física, Gal. Pires, para solicitar verbas para construção de um pavilhão na Escola, materiais e verificar a possibilidade de professores, formados em curso normal ou ginásio completos e monitores que possuíam curso científico ou clássico ou qualquer curso equiparado, efetuarem um intensivo, cursando os dois primeiros anos do Curso Superior na Escola de Educação Física do Espírito Santo, em um ano. Com exceção desta última solicitação, as restantes foram atendidas, sendo resolvido que os professores

detentores dos diplomas de tais cursos poderiam, ao invés de realizar um intensivo, matricular-se já no segundo ano.

E assim foi feito. No entanto, a Escola tinha pressa em conseguir a autorização para funcionamento do Curso Superior e, sendo assim, efetuou alguns "arranjos" com a intenção de sanar as irregularidades apontadas pela Comissão do MEC. Iniciou utilizando o art. 8º, da Lei Federal nº 3.868 de 30.01.1961, que criou a UES, em cujo texto permitia gerar 16 cargos de professor catedrático para a Escola.

Com a criação desses cargos de professor catedrático, houve a contratação de novos professores para compor o quadro docente, atendendo ao exigido pela Comissão Verificadora do MEC.

O processo de seleção ocorria por exigência de uma prova de títulos que eram classificados em diplomas de formação acadêmica sendo exigido para as cadeiras de Anatomia Humana e Higiene Aplicada, Fisiologia Aplicada, Fisioterapia Aplicada, Biometria Aplicada, Cinesiologia, Traumatologia Desportiva e Socorros de Urgência os diplomas de Especialização de Medicina Aplicada à Educação Física e aos Desportos; para as cadeiras de Desportos exigia-se diploma de conclusão de cursos de Técnica Desportiva da disciplina pleiteada e para as demais cadeiras solicitava-se o diploma de Licenciado em Educação Física. Além desses títulos requisitava-se estudos, trabalhos acadêmicos, publicações e conferências; atividades vinculadas a cadeira pleiteada e realização de atividades educacionais voltadas a comunidade. A seleção constava ainda de uma prova didática, exposição de uma aula de 50 minutos a, a defesa de uma tese. (EEF-UES, 1965, p. 34-38)

Dentre os aprovados nesse processo de seleção constavam professores de outros Estados convidados pelo professor Aloyr Queiroz de Araújo a comporem o quadro docente da Escola.

Tal ocorrência causou uma indisposição junto aos professores da Escola, principalmente os mais antigos, como foi o caso do professor Carlyle Netto, pois, ao ser integrado à Escola, o professor Mário R. Cantarino Filho assumiu um posto já designado a outro docente. Segundo o professor Carlyle Netto esses professores foram aceitos devido à sua habilitação, pois, segundo ele, a Comissão do MEC desfavorecia os diplomados pela Escola de Educação Física do Exército, privilegiando os habilitados pela Escola Nacional de Educação Física da Universidade do Brasil, para ele era...

...um privilégio por parte da Comissão Verificadora do MEC que esteve na Escola por volta de 1962 e 1963, que constava de professores da Escola Nacional de Educação Física da Universidade do Brasil, fazendo com que eles considerassem, como professores catedráticos, interinos e auxiliar, após o curso superior apenas os com diplomação provenientes dessa escola, não dando atenção ou não promovendo os que possuíam o diploma da Escola de Educação Física do Exército do Rio de Janeiro (NETTO, 2003).

Professora Guilma Machado Sant'anna⁶⁸ 68, sobre o fato, relata que

.... foi simplesmente pela titulação. Eles, como professores com curso superior, no nosso caso, então eles ficaram como... eles entraram como auxiliares, então houve um choque, exatamente por isso que eles, com o curso superior, eles achavam que eles tinham direito e os professores que estavam aqui não cederam de jeito nenhum ...

Segundo o professor Mário Ribeiro Carrtarino Filho⁶⁹, um dos professores contratados

Teve gente ali dentro que me recebeu, não só a mim, mas às minhas colegas também, nós fomos bem recebidos por uns e rechaçados por outros. Havia gente ali que tinha que ser tudo do pessoal da casa e gente de fora, fora,

⁶⁸ SANT'ANNA, 2002

⁶⁹ CANTARINO FILHO, 2003

sabe, (**risos ao se pronunciar a palavra estrangeiros**), exatamente e um baluarte desses foi o professor Audífax (**Audifax Barreto Duarte**) o ponto polêmico ali dentro o professor Audifax, né, de vez em quando a gente se batia de frente, de vez em quando a gente se esbarrava pelos cantos ali dentro ... (**grifo meu**).

O termo "estrangeiro" provinha não só do fato desses professores pertencerem a outro Estado, mas, de acordo com o que pude inferir dos relatos, serem considerados por parte dos docentes antigos da Escola, invasores, que estavam ali para tomar suas disciplinas e modificar o andamento dos trabalhos docentes com dinâmicas diferentes das usais na Escola.

Ao que tudo indica, a contratação do professor Mário Ribeiro Cantarino Filho e das outras professoras era mais um dos "arranjos" da Escola para solucionar as irregularidades apontadas pela Comissão do MEC no que se referia à qualificação dos docentes. A idéia era colocar os professores convidados para ocuparem as cadeiras anteriormente pertencentes aos professores da Escola que haviam sido declarados sem qualificação para ministrar suas disciplinas e, assim que se formasse a primeira turma do Curso Superior da Escola, cujos formandos eram os professores denunciados pela Comissão do MEC, estes reassumiriam suas cadeiras e os professores convidados seriam dispensados.

Entretanto, tal "arranjo" não agradou o professor Mário Ribeiro Cantarino Filho⁷⁰ que descreveu sua contratação da seguinte maneira:

Na hora de ir para o Espírito Santo, trabalhar na... na época chamava-se Universidade do Espírito Santo (...) o reitor era o Dr. Dessaune, eu fui para a disciplina, fui indicado pelo Diretor da Escola Nacional, o Professor Arena. Eu fui indicado para trabalhar com Boxe, que eu tinha uma experiência de Boxe no Rio de Janeiro, e foram duas colegas minhas, Marta Porto Carrero, na parte de Dança, e a professora Marly Trovão, depois casou ficou conhecida mais como Marly Peixoto, que foi na parte de Natação. Então fomos nós três trabalhar lá, e aí houve

⁷⁰ CANTARINO FILHO, 2003

uma coisa exótica, nós tivemos uma má notícia de que nós ficaríamos lá provisoriamente, que assim que a turma fosse formada, os formandos ocupariam as vagas nossas, então nós éramos temporários, nós não sabíamos dessa história, aí houve um movimento nesse sentido, eu visitei o reitor, conversei sobre esse fato, uma coisa até que me aborreceu muito e acabou o reitor tomando outro posicionamento e nós ficamos lá, ficamos dentro do quadro, comecei como instrutor de ensino superior

Apesar de todo esse conflito, os professores "estrangeiros" conseguiram manter-se no quadro docente da Escola e a Comissão do MEC aceitou manter no quadro docente da Escola os professores que possuíam currículo deficitário, mas que estavam matriculados no Curso Superior. Sendo assim em 1962, a EEF-ES recebeu autorização para o funcionamento do Curso Superior, ficando este com a duração de três anos e o de Educação Física Infantil, com a duração de um ano. A seleção de alunos para esses cursos deveria constituir-se de prova escrita e oral.

Assim sendo, em 19.12.1963, formou-se a primeira turma do Curso Superior da EEF-ES. Dentre os formandos estavam Aldezira Madeira dos Santos, Conceição Aparecida Ferreira Vieira, Edgard Ferreira dos Santos, Euro Xavier Suzano, Olga Albert e Sílvia Lima Dias, que já eram professores ou tornaram-se posteriormente professores da Escola. Com isso, o quadro da Escola passou a constituir-se dos professores que já atuavam na EEF-ES, que foram aproveitados como interinos, e dos novos contratados que, pelo menos de acordo com a legislação prestariam concurso de títulos e provas.

Esses foram anos críticos também no aspecto político nacional. Segundo o professor Mário Ribeiro Cantarino Filho⁷¹, na Escola esses anos se processaram da seguinte forma:

⁷¹ CANTARINO FILHO, 2003

... em sessenta e quatro estourou a brincadeira, quando eu estava lá na casa do professor Orlando Antônio Ferrari, que vi a notícia no jornal, eu dei um pinote, de noite, ele: "fica quieto, fica quieto, não... ", eu tinha participado no Rio do Instituto Cultural Brasil-União Soviética, "fica quieto", e aí dentro da Escola, começou aquele período, né, corta daqui, corta dali, vigia daqui, vigia dali, de vez em quando eu deixava a barba crescer, até poucos dias, aí o Aloyr disse "Nossa Senhora, Cantarino está de barba grande" ficava apavorado quando me via de barba, e essa... "Cantarino está de barba grande", e essa preocupação dentro do sistema, eu, nunca fui filiado, naquela época nunca fui filiado a partido político nenhum e nem podia ser filiado porque os partidos todos estavam vigiados, primeiro que os partidos de esquerda que era o Partido Socialista Brasileiro e o Partido Comunista estavam fechados, esses partidos não tinham ficha, principalmente o Partido Comunista, falou que era Comunista te agarravam do lado. Então, eu não sei até onde eu fui vigiado ou não fui vigiado, mas sempre eu expus publicamente as minhas preocupações, a minha maneira de ver o problema do ensino nosso, da própria universidade, eh houve até dois momentos interessantes: o Aloyr sempre me colocava para falar no dia da Colonização do Solo Espírito-santense, "mas logo eu que não sou capixaba?" (**risos**) e numa delas eu chamei a atenção da criação da Universidade do Espírito Santo, UES, depois UFES, né, e .fiz uma crítica de que ela foi criada, ela não nasceu, ela foi criada de cima pra baixo, então ela não tinha espírito, nós não tínhamos espírito universitário ... (**grifo meu**).

É interessante observar que, entre os professores formadores entrevistados, apenas o professor Mário Ribeiro Cantarino Filho fez comentários sobre censura dentro da Escola. O restante dos docentes foi unânime em afirmar que nada mudou na Escola no período do regime militar, e as represálias sofridas pelo professor Mário Ribeiro Cantarino Filho provavelmente ocorriam porque ele não aceitava a ordem e o sistema de organização da Escola. Ou seja, ele era um "estrangeiro" e, como tal, não se conformava nem aceitava que existia na Escola uma ordem já pré-estabelecida e tentava alterá-la:

Como pude perceber, esse foi um momento de transformações e de institucionalização da Escola. Tais mudanças estão relacionadas tanto ao momento político pelo qual passava a sociedade brasileira quanto com as discussões e debates na própria área da Educação Física, algumas das quais abordarei mais profundamente no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3. CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO.

No ano de 1969, a Educação Física foi tratada como um dos pontos chave de promoção do Governo Militar, recebendo incentivos para o seu crescimento junto à população, como, por exemplo, a utilização de recursos da Loteria Esportiva⁷², que possibilitavam o aumento no número de Escolas de Ensino Superior em Educação Física⁷³. Propunha-se, ainda, a "integração do estudante no campus universitário, a consolidação do sentimento comunitário e de nacionalidade" conforme também apresentava o "Anteprojeto de normas para a formação da personalidade do universitário", indicado por Celso Kelly em abril de 1969. Das normas e justificativas por ele descritas, destaco:

(...) há que tirar da recente lei 5.540, de 1968, as virtualidades que possua no tocante ao aspecto **formativo** da universidade, não apenas e de formação de profissionais, mas o de formação do universitário como personalidade a reclamar o perfeito equilíbrio no tratamento de suas faculdades e atributos e no empenho de ajustá-la ao meio e à época. (...) Mestres e alunos confundidos na mesma tarefa de servir, fortalecerão a sua consciência comunitária e cívica, imprimindo novas dimensões ao seu papel na sociedade e nos destinos do País (DOCUMENTA, 1969a, p. 185 e 186). (grifo elo autor).

A Educação Física no ensino superior, nesse anteprojeto, figura como promotora do esporte e de exercícios ritmados e define-se que "as atividades

⁷² Nesse período a Loteria Esportiva foi amplamente utilizada: como recurso promotor da Educação Física. Prova disso consta na Legislação: DECRETO-LEI n.º 594, de 27 de maio de 1969. Institui a Loteria Esportiva Federal e da outras providências e DECRETO nº 64.905, de 29 de julho de 1969. Autoriza o MEC a constituir Grupo de Trabalho para elaborar o Plano Nacional de Esportes, Educação Física e Recreação, a ser custeado pelos recursos provenientes da Loteria Esportiva Federal. Conf. ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL Secretaria da Educação. **Coletânea de Legislação sobre educação física e desportos**, Porto Alegre, 1980.

⁷³ Em 1969 existiam 17 escolas registradas junto ao MEC, no ano seguinte esse número subiu para 87 escolas.

culturais, artísticas, cívicas e desportivas têm como finalidades paralelas a sociabilidade e a criatividade, tão reclamadas no mundo moderno (DOCUMENTA, 1969a, p. 187).

Esses incentivos podem ser percebidos no crescimento da estrutura física da Escola de Educação Física da UFES, cuja construção no campus universitário estava em andamento (Figura 8). E alterações de ordem acadêmica como as atribuições que lhe eram designadas pela Resolução Normativa 001/69 (EEF-UFES, 1969, p. 1 e 2), a qual dividiu a Escola em sete departamentos, ficando a sua organização da seguinte forma:

- I. Departamento de Ginástica;
 - a) Ginástica Geral
 - b) Ginástica de Solo
 - c) Ginástica Olímpica
 - d) Recreação (Educação Física Infantil)
 - e) Dança Moderna (obrigatória/feminina)
- II. Departamento de Atletismo;
 - a) Corridas (obrigatória) •
 - b) Saltos (obrigatória)
 - c) Arremessos (obrigatória)
 - d) Peso e halteres (optativa/masculino)
- III. Departamento de Ataque e Defesa:
 - a) Boxe (obrigatória/masculina)
 - b) Judô (obrigatória/ambos os sexos)
 - c) Esgrima (obrigatória/ambos os sexos)
 - d) Luta e Capoeira (optativa/masculino)
- IV. Departamento de Desportos Terrestres Coletivos:
 - a) Futebol (obrigatória/ masculino)
 - b) Basquetebol (obrigatória/ambos os sexos)
 - c) Voleibol (obrigatória/ambos os sexos)
 - d) Handebol e Tênis (optativa/ambos os sexos)
- V. Departamento de Desportos Aquáticos e Náuticos:
 - a) Natação (obrigatória/ambos os sexos)
 - b) Water Polo (obrigatória/masculina)
 - c) Remo (obrigatória/masculina)
- VI - Departamento de Pedagogia
 - a) Didática
 - b) Psicologia
 - c) Organização e Administração
- VII. Departamento Biomédico
 - a) Anatomia Humana
 - b) Fisiologia
 - c) Cinesiologia
 - d) Higiene
 - e) Fisioterapia
 - f) Traumatologia e Socorros de Urgência
 - g) Biometria

Figura 8 - Fotografia aérea da construção do CEFD-UFES no campus universitário em 1969 (BORGGO, 1995, p. 83).

Na primeira reunião do Conselho Departamental, em 07.03.1969, foram deliberados os chefes e subchefes de cada departamento, designados:

Departamento	Chefe	Subchefe
Ginástica	Guilma M. Sant'anna	Antonieta Ramos
Atletismo	Orlando Antônio Ferrari	Mário R. Cantarino Filho
Ataque e Defesa	Wilson Vassalo	Roberto F. Scarpini
Desportos Coletivos	Audifax Barreto Duarte	Aladir S. de Araújo
Desportos Aquáticos e Náuticos	Silvia Dias Gomes	Euro Xavier Suzano
Pedagogia	Léo deS. Ribeiro	Maria de Lourdes P. Pereira
Biomédico	Ignácio Te P. Neto	

As subchefias dos Departamentos de Ataque e Defesa (professor Roberto Faria Scarpini) e de Desportos Coletivos (professor Aladir Serrano Araújo) afirmaram a impossibilidade em assumir essas subchefias devido ao artigo 5º da

Normativa 001/69 que proibia tais responsabilidades a auxiliares de ensino e professores de práticas educacionais. No entanto, após consulta ao professor Emílio Roberto Zanotti, integrante da comissão de redação final da Normativa 001/69, verificou-se que já existia a proposta de um substitutivo para o departamento que não tivesse condições de obedecer ao artigo 5º da Normativa pudesse transferir os cargos de chefia e subchefia aos auxiliares de ensino e professores de práticas educacionais (EEF-UFES, 1969 p. 21).

Os documentos, como atas de reuniões, ofícios e os relatos dos docentes formadores demonstram que o professor Aloyr Queiroz de Araújo caracterizava-se por sua rigidez e organização militar, de forma que nada era feito na Escola sem passar pelo seu aval. Para auxiliar nessa organização e manutenção da boa ordem na Escola, no que se refere aos trabalhos didáticos, foi criada a Coordenação Didática, cujo responsável tinha como função:

- a) Acompanhar o desenvolvimento dos programas de ensino e pesquisas nos Departamentos.
- b) Colaborar com os Chefes e com os docentes dos Departamentos sobre assuntos de natureza didática.
- c) Encaminhar, mensalmente, ao Diretor da Escola e ao Conselho Departamental um relatório consubstanciado de suas atividades.
- d) Participar das reuniões dos Departamentos e do Conselho Departamental, sem direito a voto, podendo discutir e esclarecer assuntos de sua competência (EEF-UFES, 1969, p. 03).

Para essa Coordenação foi indicada a professora Guilma Machado . Sant'anna⁷⁴, em 12.03.1969. Em sua entrevista, afirmou que o cargo tratava, dentre outros assuntos, de programas de disciplinas, andamento das aulas e comportamento disciplinar dos alunos. Segundo a mesma

Essa coordenação foi escolhida em uma reunião de Conselho Departamental os professores titulares de cadeira escolheram o professor que seria o coordenador didático da Escola, e eu não sei porque eu fui a escolhida, haviam

⁷⁴ SANT'ANNA, 2002

outros candidatos que eu achava que seriam eles os coordenadores, e eu fui, agora a coordenação didática sempre funcionou de uma maneira porque veio aquela história, a primeira informação que nós tivemos, a "a coordenação didática vai ter que assistir a aula do professor, pra saber se ele está dando aula", nada disso, a gente conversava com os professores, reuniões e tal, procurava saber o andamento da disciplina, eu nunca interfeiri como coordenadora didática, nunca interfeiri nas aulas dos meus colegas, nunca eu fiquei como coordenadora didática enquanto existiu a função.

Nesse período, a professora Guilma Machado Sant'anna respondia pela chefia do Departamento de Ginástica a, ao assumir a Coordenação Didática, transfere a suas funções para a vice-coordenadora, a professora Antonieta Ramos. (EEF-UFES, 1969, p.55). Segundo a professora Guilma Machado Sant'anna⁷⁵, apesar do trabalho com a coordenação didática lhe parecer tranquilo, tal procedimento foi preciso porque

Tantos os professores procuravam a coordenação para fazer suas lamúrias (risos), suas reclamações, como os alunos procuravam a coordenação para também reclamar dos professores, andamento de aulas, porque eu não achava que a coordenação didática deveria ser uma função de fiscalização, primeiro que eram todos professores, quase todos os professores da Escola tinham sido meus professores (...) e eles já tinham sido meus professores no Curso de Educação Física Infantil, então havia aquele respeito meu pelo colega, ex-professor, entendeu, então eu não me achava assim no direito de interferir na aula de um colega, de maneira alguma, mas, às vezes, o aluno vinha reclamar, aí a gente conversava, batia um papo com os colegas, né.

Nesse ano, chegaram ao Conselho Departamental, para apreciação, as discussões sobre o regime de trabalho em Dedicção Exclusiva, enviada pela COPERTIDE (Conselho Permanente de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva) (EEF-UFES, 1969, p.68).

Cada Departamento fez sua própria avaliação do documento e, posteriormente, os seus representantes compareceram à reunião do Conselho Departamental com suas considerações. O Departamento de Ataque e Defesa, o

⁷⁵ SANT'ANNA, 2002

Departamento de Ginástica e o Biomédico declararam-se sem condições de propor disciplinas em tempo integral por falta de instalações na Escola que pudessem atender o trabalho que seria executado (EEEF-UFES, 1969, p. 82).

No entanto, no período de transferência da Escola para o campus universitário, o presidente do Conselho Departamental, diretor da Escola em exercício, o professor Eulier F. Machado, apresentou uma relação de livros, remetida pela Associação dos Professores de Educação Física do Rio de Janeiro, à disposição dos professores, para que indicassem a aquisição a ser feita para o acervo da biblioteca do Centro de Educação Física e Desporto da Universidade Federal do Espírito Santo (CEFD-UFES)⁷⁶. Segundo a professora Guilma, os docentes que assim quiseram, tiveram a oportunidade de acompanhar e sugerir todo o processo de construção do Centro⁷⁷ desde indicações bibliográficas até o espaço e local adequado para ministrar suas disciplinas. Sobre isso a professora Guilma Machado Sant'anna⁷⁸ conta

Cada departamento, cada eh disciplina, cada setor, foi ouvido, feito sua relação e aí feito uma triagem, mandada para a Direção e encaminhada para a Diretoria [Diretoria de Educação Física] (...) o Conselho Departamental quem fez a seleção de material (...) ele [o professor Aloyr Queiroz de Araújo] convidava e a gente vinha ver (...) era uma área toda arborizada de mangue, mas bem mais fácil [acesso] do que aqui [Bento Ferreira] (risos)

O professor Aloyr Queiroz de Araújo. permitiu que cada departamento enviasse ao Conselho de Planejamento da Universidade (UFES), as dimensões dos espaços necessários para suas disciplinas. Acreditava ele que o professor da matéria seria o mais indicado a fornecer dados para a construção do espaço de sua disciplina.

⁷⁶ UFES, 1971

⁷⁷ A partir daqui adotarei no decorrer do texto a denominação "Centro" ao me referir sobre o Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo (CEFD-UFES). Por ser essa a designação feita pelos próprios docentes dessa instituição e presente nas atas da Congregação e Departamentos.

⁷⁸ SANT'ANNA, 2002

Até então as instalações da Escola eram inadequadas. As aulas de Desportos Aquáticos e Náuticos, por exemplo, ainda eram ministradas em clubes, sendo que, em alguns casos, a dificuldade era maior por serem turmas grandes e a piscina pequena (EEF-UFES, 1968, p. 83). Como solução, foi solicitado à professora Aladir Serrano Araújo, coordenador do setor de Educação Física do Colégio Estadual do Espírito Santo, a cessão das instalações da Escola para treinamento desportivo, inclusive a piscina (EEF-UFES, 1969, p. 71)

Com o intuito de enfrentar tais dificuldades, os professores da Escola continuavam utilizando, em suas dinâmicas de aula, recursos audiovisuais, como retroprojeter e projetor de slides.

Com toda a movimentação de término de construção do CEFD-UFES e em processo de transferência para o campus universitário, em 1970, termina o mandato do diretor Aloyr Queiroz de Araújo (26.06.1970)⁷⁹ e, como não lhe era mais permitido a recondução, foi nomeado para o cargo de diretor o professor Léo de Souza Ribeiro. Além desse fato aconteceu o remanejamento da disciplina ministrada pelo professor Aloyr Queiroz de Araújo que, com a Departamentalização dos Centros, organizada pela Normativa 001/69, passou a pertencer ao Centro Pedagógico da UFES. De acordo com a professora Guilma Machado Sant'anna⁸⁰

Foi por causa da departamentalização, então como... nós tivemos os departamentos de Educação Física, de Didática, professor Aloyr achou que para ele seria melhor ele ... ele era professor de Pedagogia, então a Pedagogia da Educação Física passou para o Centro Pedagógico, então ele passou para o Centro Pedagógico por isso ele saiu do CEFD ...

⁷⁹ EEF-UFES, 1970, p.41.

⁸⁰ SANT'ANNA, 2002

Apesar da remoção, o professor Aloyr Queiroz de Araújo continuou a ministrar disciplinas no CEFD-UFES. Segundo os relatos dos professores formadores, foi mesmo estranho ver outra pessoa que não o professor Aloyr Queiroz de Araújo cortando a fita e registrando seu nome na placa de inauguração do CEFD-UFES. Apesar disso, o ambiente era de muita expectativa e ansiedade, os professores Mário R. Cantarino Filho e Guilma Machado Sant'anna descreveram esse momento. Nas palavras do professor Mário R. Cantarino Filho⁸¹

Aí nós fomos para o campus que eu chamei o prédio de 14 Bis, pelo formato dele, você vê o formato dele ele lembra o 14 Bis. Eu falei "bom ele é o nosso 14 Bis, e espero que ele levante vôo", e na época ele era um dos Centros, na área... ali, a piscina, os campos, enfim, não tinha similar no Brasil, não sei se apareceram outros naquela época ele era no Brasil e da América do Sul. Então eu falava nele ir alçar vôo...

Era a concretização de solicitações antigas da Escola, como a inserção ao campus universitário e a conquista de um espaço adequado às disciplinas do programa do curso, além da perspectiva de crescimento da Escola e do curso através dos investimentos que o Governo Federal estava implementado à Educação Física. A atmosfera política nacional, apesar de basear-se em um governo ditatorial, fortaleceu essa expectativa por ter, na década de 70, investido e promovido a Educação Física, como será mais bem detalhado no item a seguir.

3.1. A TRANSFERÊNCIA PARA O CAMPUS UNIVERSITÁRIO E INAUGURAÇÃO DO CEFD-UFES

⁸¹ CANTARINO FILHO, 2003

A década de 70, época de transferência para o campus universitário, foi um momento de investimentos do Governo Federal na Educação Física. Prova disso é que a Educação Física manteve-se obrigatória em todos os níveis de ensino, com o Decreto n. 69.450, de 01.11.1971. Eis o que especifica o texto, no que se refere ao ensino superior:

Art. 1.º A educação física, atividade de que por seus meios, processos e técnicas despertam, desenvolvem e aprimoram forças físicas, morais; cívicas, psíquicas e sociais do educando, constitui um dos fatores básicos para a conquista das finalidades da educação nacional.

Art. 2.º A educação física, desportiva e recreativa integrará, como atividade escolar regular, o currículo dos cursos de todos os graus de sistema de ensino.

Art. 3.º A educação física, desportiva e recreativa escolar, segundo seus objetivos, caracterizar-se-á:

(...) III - No nível superior, em prosseguimento à iniciada nos graus precedentes, por práticas, com predominância de natureza desportiva, preferentemente as que conduzam à manutenção e aprimoramento da Educação física, à conservação da saúde, à integração do estudante no campus universitário, à consolidação do sentimento comunitário e de nacionalidade.

Art. 4.º A adequação curricular aos objetivos a serem alcançados em cada unidade escolar ou conjunto de unidades sob direção única, será realizada anualmente por intermédio de um plano, considerando-se os meios disponíveis e as peculiaridades dos educandos.

§ 1.º A elaboração e a execução do plano de que trata este artigo serão da responsabilidade do diretor e dos professores de educação física do estabelecimento.

§ 2.º No ensino superior, o corpo docente participará na planificação das atividades por meio de representação da Associação Atlética respectiva.

(...) Art. 18. Os órgãos oficiais incumbidos da concessão de bolsas de estudo deverão dar prioridade aos alunos de qualquer nível que se sagrarem campeões desportivos, na área estadual, nacional e internacional, desde que tenham obtido aproveitamento escolar compatível.

(...) Art. 21. As verbas federais do setor da educação física escolar, inclusive as provenientes da Loteria Esportiva, deverão ter destinação condicionada a programas e projetos de desenvolvimento com referência aos objetivos e demais exigências da presente regulamentação (CARVALHO, 1975, p. 48,52 e 53).

Esses anos de Regime Militar caracterizaram-se também pela repressão, perseguição, seqüestro e morte de militantes de esquerda, políticos e estudantes. O período mais crítico deu-se entre os anos de 1968 a 1974, época em que foi editado o Ato Institucional n.º 05, em 13.12.1968, que ampliou ainda mais os poderes do Presidente da República como, por exemplo: baixar atos complementares e

Decretos-Leis a fim de preservar a continuidade do Regime Militar; suspender as garantias constitucionais de estabilidade, inamovibilidade, vitaliciedade e *habeas-corpus*.

O Ato Institucional nº 05, ou AI-05, foi uma reação dos militares aos crescentes movimentos populares contrários ao regime. Por meio dele instituía-se o fechamento do Congresso e a suspensão das garantias constitucionais e individuais do cidadão. Assim sendo:

Desde a sua promulgação até sua revogação em 1979, sob intensa pressão da oposição, o Ato Institucional nº 5 serviu como justificação legal para a punição de mais de 1607 pessoas. (...) Entre os processados estavam burocratas, militares, políticos, professores, advogados, arquitetos, engenheiros e membros do judiciário!

(...) Neste confronto, os demais setores de oposição e grande parte da população não envolvida foram esmagados por brutal ofensiva das forças de segurança. Seguiu-se um período de silêncio, medo, confusão e desânimo (ALVES, 1984, p. 134 e 137).

Em agosto de 1969, o presidente Costa e Silva afastou-se do cargo, por problemas cardíacos, e seu vice, Pedra Aleixo, foi impossibilitado de assumir a presidência por ser contrário ao AI-5. Assim, uma junta militar decidiu pela escolha do general Emílio Garrastazu Médici para presidente do País.

Nessa época, o Governo Federal realizou através da Divisão de Educação Física, o Diagnóstico da Educação Física e Desportos no Brasil para, basicamente, levantar as condições em que se encontravam as escolas de Educação Física e para quais fins estavam sendo voltados os investimentos da Loteria Esportiva.

Esse documento serviu para mostrar as condições precárias em que se encontravam as instituições de Educação Física no país. O Diagnóstico trouxe algumas explicações como, por exemplo, demonstrou que os professores formados no curso de Educação Física Infantil estavam tendo dificuldades de serem absorvidos pelo mercado, esclarecendo o encerramento das atividades desse curso,

sendo substituído pelo Curso Superior. Segundo o Diagnóstico (DA COSTA, 1971, p. 97) o curso estava servindo "... para elevação de 'status' de professores primários"

Além desses fatos, segundo Pinto (2003, p.24) o Diagnóstico mostrou

...inexistência de uma ação política no âmbito do Legislativo, visando interferir de maneira mais contundente nos dois setores igualmente; a precariedade da formação profissional dos professores de Educação Física; e o pouco esclarecimento da população em relação à importância do desporto como meio educacional.

Com isso, ocorreram mudanças no Governo Federal em órgãos ligados à Educação Física. A Divisão de Educação Física passou a se chamar Departamento de Educação Física e Desportos (DED), cujo objetivo era

...coordenar não somente a Educação Física (mantendo sua intervenção política no espaço das escolas e instituições afins), mas também tudo o que dizia respeito ao "desporto", em âmbito nacional. Isso significou a ampliação do poder de intervenção do DED, cujas políticas trariam repercussão nas federações, nas confederações, nos clubes esportivos enfim, nas práticas sociais. (PINTO, 2003, p. 27)

Essa política é implantada no Espírito Santo por meio de projetos como o "Esporte para Todos", cessão de bolsas de estudo para atletas fomento a projetos voltados comunidade como Jogos e festivais.

Ainda em 1969, ocorreu a homologação do Decreto-Lei 477, dirigido a professores e alunos, considerando crime:

aliciar ou incitar à deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participar nesse movimento; praticar atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados ou deles participar; conduzir ou realizar, confeccionar, imprimir, ter em depósito, distribuir material subversivo de qualquer natureza. (CUNHA, 1985, p. 38).

Apesar dessa censura e repressão no CEFD-UFES manteve-se o pensamento nacionalista e a crença no desenvolvimento do país. A professora Geny Cúrcio⁸² relata.

logo que nós fomos lá pro campus o senhor Aloyr, antes de entrar formava a turma toda na frente, hasteava a bandeira e cantava o Hino Nacional, todo dia ou toda quinta-feira, eu sei que tinha essa obrigação lá, senhor Aloyr era muito exigente com esse negócio de Hino Nacional e bandeira ele sempre fez isso, que depois passou lá pra frente, eram as três bandeiras ... ou duas, bandeira do Espírito Santo, bandeira nacional. Então formava o colégio todo lá, não era ali na frente da Escola, era do outro lado em um pátio grande que tem lá que agora é estacionamento, então ali, eu acho que até hoje ainda tem os mastros, não tem? Ali ele reunia a turma toda e ali ele cantava Hino Nacional.

Foi nessa conjuntura política-econômica que, até então, vinha favorecendo a Educação Física que, em Julho de 1972, ocorreu a inauguração do CEFD-UFES (Figura 9). Nesse momento, constam registros em atas do Conselho Departamental sobre professores comentando acerca das indignações de docentes de outros Centros sobre a construção do CEFD-UFES, alegando que as verbas da Loteria Federal estavam sendo destinadas à construção do CEFD-UFES por influência do reitor Alaor Queiroz de Araújo, irmão do diretor Aloyr Queiroz de Araújo, além de favorecimento na construção do CEFD devido à magnitude do local. Na verdade, o Centro constituía-se um dos maiores espaços da universidade⁸³, com uma área física em torno de 8.800 mts², composto por um 1 ginásio de esportes, duas quadras externas, seis salões para esportes, urna sala de dança com piano, uma sala de ginástica olímpica equipada, quatro salas de aulas teóricas, uma biblioteca, dez salas para a área administrativa e o projeto para construção de uma área de esportes e um ginásio.

⁸² CÚRCIO, 2003

⁸³ ANEXO 2

Figura 9 - Fotografia aérea do CEFD-UFES no campus universitário em 1972 (BORG0, 1995, p. 85).

Essa magnitude continuou trazendo mal estar entre os outros Centros, gerando discussões e levantando suspeitas, até a saída do reitor Alaor Queiroz de Araújo e a nomeação de Máximo Borgo Filho em 18 de junho de 1971⁸⁴. Essas reclamações passaram a ser do corpo docente do Centro, cujas solicitações de materiais e verbas passaram a ser negadas ou recebidas em atraso, chegando ao ponto do Conselho Departamental solicitar uma investigação por suspeitar que o reitor da UFES, professor Máximo Borgo Filho, estivesse desviando verbas destinadas ao CEFD-UFES para outros Centros. Tal fato foi confirmado pela professora Guilma Machado Sant'anna⁸⁵

...foi na mudança de local, eh, depois enfrentamos lá dentro da Educação Física eh uma política dentro da Universidade que quando os outros Centros viram as instalações da Educação Física, acharam que a Educação Física não precisava daquilo, e outros, outros Centros quiseram então ocupar, foi uma luta para o professor Aloyr, foi mais uma luta que ele teve, e nós só conseguimos, na época, manter aquelas instalações para a Educação Física porque na época quem era o reitor era o irmão do

⁸⁴ BORG0, 1995.

⁸⁵ SANT'ANNA, 2002

professor Aloyr (...) então eles achavam um absurdo, por quê para conseguir para o Centro de Educação Física aquelas instalações fabulosas, que na época (...) então eles achavam um absurdo aquelas instalações, ginástica olímpica, aquela coisa, sala de dança, sala de ginástica rítmica, desportos, eles achavam um absurdo ...

Pareceu-me, assim, que o problema no que se refere ao espaço físico, que desde a criação da Escola de Educação Física do Espírito Santo vinha atrapalhando as dinâmicas de aulas, finalmente foi solucionado. Restava, então, verificar como esse ensino seria administrado nesse novo espaço.

3.2 O ENSINO E A PESQUISA NO CEFD-UFES

Nesse período, de acordo com a professora Guilma, as aulas dos departamentos de Ataque e Defesa, Ginástica e Desportos Terrestres ocorriam no campo, todas ao mesmo tempo (em dias de chuva iam para dentro da escola, dividindo o espaço do corredor e da biblioteca) e no mesmo turno, pois, segundo a mesma, as "... aulas de Educação Física deveriam ser administradas duas horas antes ou duas horas depois das principais refeições" (SANT'ANNA, 2002). Sendo assim, as aulas ocorriam todas no turno da manhã, explicando assim, o fato das aulas de Educação Física no Estado serem ministradas apenas no turno da tarde pois os alunos da Escola saíam das aulas, iam almoçar e depois seguiam para a docência em suas respectivas escolas.

As provas eram práticas e orais. Tratava-se de um momento em que a turma era reunida, os professores solicitavam exercícios dados em aula, ou coreografias (no caso de Dança e Ginástica Rítmica) os alunos criavam e efetuavam, e avaliava-se o desempenho e a perfeição do movimento. Ocorriam, também, argüições sobre as teorias ensinadas.

A professora Geny Cúrcio⁸⁶ descreve essas atividades da seguinte forma:

A tarde ia lá pra Escola, lá elas organizavam a série que elas queriam, escreviam lá qualquer orientação que precisassem, né, e colocavam a música, elas escreviam com a música que fazia parte, se era com disco, se era com piano, se era com batida, com ... só com ritmo né, me dava o trabalho todo bordadinho, todo enfeitadinho, com capa, (...) entrava para avaliação, para prova, e elas tinham que fazer aquilo que elas escreveram elas tinham. que executar, dentro da música, executar tudo que tinham escrito, a seqüência toda de movimentos.

Segundo o currículo da EEF-UFES que prevaleceu até 1972, quando foi alterado, a verificação do rendimento escolar das disciplinas Gímnico-Desportivas deveria ocorrer por trabalhos de estágios e provas de exame promoção final. Os estágios ocorriam

Durante o período escolar, no mínimo em número de dois em cada período, e para cada disciplina, organizados pelo professor catedrático ou responsável pela cadeira, obedecendo à peculiaridade da disciplina e com aprovação do Conselho Departamental. (EEF-UFES, 1964, p. 09)

A prova final constituía-se de Prova escrita e oral. A média exigida no ano ou período era 5,0 (cinco) nos trabalhos de estágio e possuir 75% de freqüência. A média final compunha-se de média dos estágios e média dos exames. Exames de segunda época eram concedidos aos alunos que eram reprovados na primeira época em três disciplinas e que tinham uma freqüência mínima de 50% das aulas.

As avaliações ocorriam também em forma de competições, como os festivais na década de 60. Exemplo disso foi o JAJEM (Jogos Abertos de Jerônimo Monteiro, governador do Espírito Santo que, em 1908, implementou o Basquete no Espírito Santo). Segundo o professor Hélio Demoner⁸⁷ "... foi o maior evento que

⁸⁶ CÚRCIO, 2003

⁸⁷ SOUZA, 1997

já houve no Centro de Educação Física, de todos os tempos...".

Esse professor relata que a idéia surgiu em 1971, a partir de um curso de mini-basquete (basquete adaptado para crianças) do qual participou em São Paulo. Ele tinha uma turma feminina, com sessenta alunas, professoras já formadas, provenientes do curso infantil, um curso estadual, não reconhecido como curso superior, em que os professores eram graduados para ministrar aulas de pré a primário. Com a implantação do curso superior na Universidade, esses alunos conseguem retornar ao curso, para adquirirem o diploma do curso superior, começando a partir do segundo ano. Essas alunas, no entanto, estavam enfrentando dificuldades, pois, naquele tempo, as aulas eram dadas em parte prática e teórica, avaliava-se pela execução e elas não conseguiam nota suficiente para concluir o curso. Hélio afirmou que, como a maioria tinha idade avançada e já atuava em escola, ao retornar, resolve expor sua idéia: " ... já que vocês não sabem fazer, que tal vocês ensinarem? Como assim? Vocês não dão aula em escola? Então vão ensinar... aquilo que vocês deveriam aprender, vocês ensinam pros alunos...", sugere então que cada aluna escolhesse uma escola, treinasse uma equipe ou mais, como lhe conviesse, e a apresentasse no final do ano (curso anual), para competirem entre si. Foi amplamente aceito. Informa que o fato das alunas já atuarem em escolas facilitou a implantação do projeto.

Demoner relata, ainda, que o objetivo era fazer com que o aluno do Centro se envolvesse com a realidade das escolas e não enfrentasse dificuldades neste aspecto. Acredita que era um trabalho que atendia a todos, pois os alunos das escolas passavam a conhecer o esporte; o professor de Educação Física das escolas conseguia ter um estagiário da Educação Física trabalhando por ele e as escolas, que poderiam ser tanto públicas quanto particulares, conseguiam projeção na imprensa e uma equipe pronta. Explica que participavam do programa as três disciplinas (Basquete I, II, e III), sendo que Basquete III era responsável pelas competições; o Basquete II fornecia assistência técnica à turma do Basquete III; e, o Basquete I observava os trabalhos dessas disciplinas. As aulas eram ministradas três vezes por semana, duas para treinamento e uma para reuniões. A competição,

em si, ocorria em quatro finais de semana ou mais, dependendo do número de equipes participantes. O primeiro JAJEM conseguiu em torno de sessenta equipes e o segundo, o maior, cento e vinte e três equipes.

O evento, no início, ocorria com recursos próprios, sem patrocínio ou verba. Posteriormente, as escolas e os alunos conseguiram auxílio financeiro, mas, quando não era possível a premiação financeira, a mesma se dava por meio de distribuição de diplomas.

Os alunos que, por algum motivo, não pudessem participar dos treinamentos, auxiliavam na arbitragem, mas o professor declarava que, do seu ponto de vista, o aluno que não tinha realmente nenhum interesse pelo evento, não tinha aptidão para trabalhar com Educação Física. Então o professor Hélio Demoner⁸⁸ explica:

...vamos supor que você está em um curso pra... pra ser babá profissional, aí de repente, chega alguém e fala "Patricia , vou sair, toma conta dessas crianças pra mim aqui...", aí você se vê naquela situação, com um monte de criança; se você não tiver naquele momento aptidão, demonstrar aptidão para lidar com aquelas crianças. Mesmo sem saber nada, sem ter instrução nenhuma, entendeu? Porque aptidão é uma coisa que você traz com você, entende? Se você não demonstrar isso, você pode mudar de curso. Então eu falava com os alunos, "pode mudar de curso, vai fazer outra coisa, aqui você vai passar a vida inteira lidando com criança"...

No que diz respeito à pesquisa, na Escola ela não existia, apesar de constar no quadro docente professores que possuíam qualificação suficiente para orientar pesquisas. O que consegui perceber foram aproximações que, de acordo com os professores entrevistados, não poderiam ser consideradas como pesquisa. Eram elaborações de trabalhos extra-classe e orientações de monografias. Nessa época, o Departamento de Ginástica indicou a professora Maura Abaurre para prestar

⁸⁸ SOUZA, 1997

colaboração junto à Biblioteca da Escola como orientadora de pesquisa dos alunos.

Sobre a biblioteca, na entrevista com os professores, percebi que o acesso era liberado. No entanto, não era uma prática comum a visita à biblioteca ou a solicitação de trabalhos com uso do acervo bibliográfico. Os professores até solicitavam livros, mas os mais indicados para as suas disciplinas eram em língua estrangeira, o que dificultava o acesso e o manuseio dessas obras..

3.3. A FORMAÇÃO E A QUALIFICAÇÃO DOCENTE DO CEFD-UFES

No que se refere aos incentivos à qualificação docente, esses continuavam sendo marcante aos professores. Alguns deles participaram do "VII Curso Internacional de Atualização e aperfeiçoamento Docente em Educação Física", comunicado à Escola em 09.01.1968, pela Secretaria de Cultura e Educação de Buenos Aires, Argentina. Para esse curso se inscreveram os professores Eulier F. Machado e Silvia Dias, o professor assistente Mário Ribeiro Cantarino Filho e os auxiliares de ensino Roberto Mussiello e Aladir Serrano.

Esse tipo de curso se tornou uma constante na década de 70, sendo inclusive, um fator que parecia auxiliar aos profissionais de Educação Física em sua crença no Governo Federal, pois contavam com os subsídios que convênios, como o assinado em 1969 entre mais de 400 universidades brasileiras e a LASPAU (The Latin American Scholarship Program of American Universities, organização norte-americana com o objetivo de aprimoramento docente), distribuíam entre os Centros. Ainda em 1967, iniciou-se um intercâmbio dos professores⁸⁹ de diversas instituições

⁸⁹ A CCTPM (Comissão Permanente de Coordenação e Treinamento de Pessoal de Magistério), criada em Dezembro de 1968, é o órgão responsável pelo envio de professores a pós-graduação no Brasil e no exterior

brasileiras, entre elas a UFES, com escolas do exterior para a realização de cursos e eventos (especialização, pós-graduação, congressos e seminários). Segundo os relatos do professor Carlyle Netto⁹⁰

... sempre novidade, coisa de gabarito. Professor Kurt Johson, professor sueco, né, ele veio dar ginástica sueca aqui pra nós, uma beleza, o professor e nós fazíamos cursos fora daqui também em São Paulo, eu fiz curso em São Paulo com o Boaventura, professor brilhante, também que havia em São Paulo, não só como professor, como administrador também
...

Essas saídas para cursos de aprimoramento e atualização tinham como finalidade permitir que a formação do CEFD-UFES fosse equivalente à fornecida pelos grandes centros como Escola de Educação Física do Exército do Rio de Janeiro ou da Escola Nacional do Rio de Janeiro. Com os cursos, os professores voltavam de suas viagens com idéias inovadoras de ensino e nem sempre eram compreendidos, como explica em relato a professora Olga Albert⁹¹ que tentava criar uma discussão sobre os conteúdos da disciplina, e enfrentou dificuldades com os alunos, já que, para eles, a metodologia usada não interessava, pois estavam acostumados a trabalhar a técnica, a copiar e a repassar nos locais de trabalho. A professora explicou, ainda, que, ao seu ver, não existia a necessidade do Curso Superior de Educação Física se o seu objetivo fosse apenas repassar conteúdos aos alunos. Para isso bastaria consultar uma bibliografia específica do assunto e segui-la, como era feito até então com o uso dos manuais.

Acreditava a professora que o aluno tinha que refletir sobre os conteúdos que iria aplicar, procurar compreendê-los e não apenas apreendê-los. Uma causa apontada pela professora para os alunos chegarem à Universidade dessa forma estava no profissional da escola de 1º e 2º graus, que permitia ao indivíduo chegar à Universidade sem um conhecimento apropriado da área, ela conta que, nos países que visitou (Alemanha e Argentina), o aluno chegava à Universidade para aplicar na prática o conhecimento adquirido no 1º e 2º graus. Explica que, para o mesmo

⁹⁰ NETTO, 2003

⁹¹ SOUZA, 1997

ocorrer no Brasil, era preciso uma mudança com os professores de base, de forma consciente. Na sua opinião, o aluno da Escola, além de praticar, precisava refletir sobre o que estava agindo, e explica dizendo:

...o aluno tem que pensar na hora da aula, "quem consegue pegar uma bola, jogar pra cima e passar por baixo dela e depois pegar? Bom, agora eu quero saber quem consegue fazer mais alguma coisa?", pra fazer tem que pensar, o aluno tem que ficar sempre pensando, você não mostra nada. O aluno na sua aula tem que pensar, ele não tem que levar dever de casa ou pensar em casa, tem que pensar na hora, professor de Educação Física na escola tá dando muito trabalho pro aluno fazer em casa e na aula ele não dá nada, isto também tá errado, você tem que tentar desenvolver o raciocínio lógico do aluno dentro da sua aula, se depois você quiser traçar uma tarefa para ele fazer tudo bem, só que não está sendo assim, o aluno tá ficando parado, daí ao aluno ficar parado e ficar trabalhando em casa, eu prefiro que dê aula para o aluno seguir o professor, pelo menos desenvolve a coordenação motora, antes desenvolvia a coordenação motora e não o raciocínio rápido, agora deve fazer as duas coisas.

O aluno vai criando até chegar onde você queria, até que chega alguém que descobre o jeito que você acha que tem que ser. "Ah, que beleza ele descobriu, agora quem consegue fazer igual?", o difícil desse sistema é que dois olhos não são suficientes, você tem que olhar todos os alunos e a cada um fazer um comentário, você fica doida e haja garganta, mas você dá conta (SOUZA, 1997).

Esse relato demonstra as mudanças de postura por parte de alguns docentes que começavam a pensar e discutir o seu fazer, e não apenas fazer como ocorria até então. Tais mudanças, no cotidiano do CEFD-UFES, de acordo com o professor Mário Ribeiro Cantarino Filho⁹², conviviam com práticas diferenciadas:

Então lá dentro nós trabalhávamos cada um muito preocupado com a sua disciplina, sem uma visão de conjunto, faltava exatamente isso, tínhamos reuniões constantes, debatia-se a pauta, era sempre discutida abertamente, o Aloyr, nesse ponto sempre foi aberto, apesar de numa linha muito diferente da minha...

⁹² CANTARINO FILHO, 2003

Além do investimento no aprimoramento dos docentes, outra mudança ocorrida durante a transferência para o campus universitário foi a contratação de professores para ampliar o quadro docente.

CONCLUSÃO

Como explicado na introdução desse trabalho, tive objetivo principal tratar da história do CEFD-UFES de 1931 a 1971, procurando identificar e analisar as práticas de ensino de seus professores, o processo de qualificação docente e o tipo de formação ali desenvolvido.

Por meio dessa pesquisa, conclui que as aulas dependiam muito dos espaços onde eram trabalhadas, de forma que, caso o espaço não fosse o mais indicado, eram necessários arranjos, improvisos, como aconteceu com as aulas de Natação no período em que as aulas da Escola ocorriam, no Ginásio Governador Bley, e, por falta de uma piscina, as aulas de Desportos Aquáticos aconteciam na praia. Ou mesmo quando as atividades da Escola foram transferidas para o bairro Bento Ferreira e as aulas práticas ocorriam no campo, às vezes com cinco disciplinas ao mesmo tempo, sendo que, em dias de chuvas, ocorriam dentro da escola, dividindo o espaço do corredor e da biblioteca.

Essas práticas de ensino eram fundamentadas por meio de leituras em bibliografias cedidas pela Divisão de Educação Física e pelos cursos de aperfeiçoamento e atualização que ocorriam dentro e fora do Estado.

Em alguns casos, conseguia-se saída do professor da rede estadual para estudar na Escola de Educação Física, liberando-o dos trabalhos, com o seu vencimento completo. Tais liberações serviam de incentivos para compor turmas, pois eram poucos alunos nessa época.

A concepção de Educação Física e de formação de professores para os aqui tratados como mestres formadores era uma visão nacionalista e de formação do profissional técnico, na qual ser bom professor era ser um “professor pontual

dedicado, interessado, professor... preparado, isso que pra mim era ser bom professor..." (NETTO, 2003)

Para esses docentes formadores, defender a área era defender a nação. A professora Geny Cúrcio, ao descrever sua postura diante da exigência do Hino Nacional, mostra bem o pensamento nacionalista presente na época, pois existia uma crença, uma credibilidade, de que o país realmente iria crescer, desenvolver-se e o fato de a Educação Física poder contribuir para essa construção era uma honra para todos os profissionais dessa área.

Ao sentimento nacionalista, mistura-se amor à profissão e prazer com o trabalho. Como exemplo, trago um trecho da entrevista da professora Geny Cúrcio⁹³

Você sabe, eu gostei assim... gostei da minha vida de ginástica, trabalhei, trabalhei com **muito**⁹⁴ prazer dava minhas aulas com muito prazer, gostava mesmo, de dar minha aula, às vezes chamavam pra... me puseram lá como chefe de departamento, ih achei horrível aquilo não gostava não, gostava de dar minha aula (...) era queixa de aluno, queixa de professor "ih não tenho nada com isso, eu quero dar minha aula que eu não tenho nada, ali eu mando e desmando e acabou eu não quero nada, não quero complicação com minha vida (...)" chamar a atenção de colega, né, porque tinham muitas que chegavam tarde você tinha que chamar a atenção do professor que chega tarde, horário é horário né, eu quero lá chamar a atenção de colega, não quero nada, eu quero da minha aula, eu chego na hora, eu dou minha aula, eu cumpro o meu dever agora se o outro não cumpre eu não tenho nada com isso

Esse comportamento demonstra também uma ânsia e dedicação no fazer que, nessa época, era voltado ao aprimoramento técnico, como demonstra a própria grade curricular que tinha, em sua maior parte, disciplinas do setor das matérias Gímnico-Desportiva, fato também observado pelo professor Mário Ribeiro Cantarino Filho⁹⁵

⁹³ CÚRCIO, 2003

⁹⁴ ênfase dada pela professora

⁹⁵ CANTARINO FILHO, 2003

Eu fiz um estudo comparativo de algumas universidades brasileiras de cursos de Educação Física dividindo as disciplinas Gímnico-Desportivas, Biológicas e Pedagógicas. Pois bem, o Espírito Santo, com setenta e poucos por cento, era eminentemente prático, as disciplinas Gímnico-Desportiva tinha uma carga de 70% as outras 15%, 14%, arredondando, fazer uma conta mais fácil, 15% cada um, quer dizer a parte pedagógica era muito pequena, e a parte pedagógica foi surgir no curso de educação física que antes ela tinha uma disciplina chamada Metodologia da Educação Física, mas na realidade essa disciplina era um estudo dos métodos como você dar uma aula no método Frances, na calistenia era mais esse sentido...

Com a ajuda desse estudo, feito pelo professor Mário Ribeiro Cantarino Filho, entendi um fato identificado na pesquisa no que se refere aos procedimentos adotados pelos professores em suas práticas de ensino. Como eles efetuavam uma formação técnica, suas práticas de ensino eram formais e pontuais. Com relação à preparação das aulas, fato comum era, como dito anteriormente, o uso de uma bibliografia centrada em manuais do DEF-MEC, apostilas adquiridas em cursos de aperfeiçoamento e obras estrangeiras. Boa parte desse material tratava sobre métodos de ensino, regras e técnicas de aplicação em aula.

É interessante observar que mesmo as leituras cotidianas dos docentes baseavam-se em obras voltadas às suas disciplinas, provando que o "ser" professor extrapolava o horário de trabalho. Outros exemplos foram os cursos de atualização, realizados em períodos de férias, e encontros para tratar sobre esses cursos que ocorriam aos sábados.

Tal atitude demonstra que existia um interesse do profissional em aprimorar-se, que o seu fazer acadêmico e a formação do professor de Educação Física, por ele administrada, deveria constar prioritariamente de uma metodologia que visava o aprimoramento técnico.

Mas todo esse "fazer acadêmico" estava voltado ao ensino, a pesquisa na

Escola e no CEFD-UFES era composta de orientação de trabalhos monográficos para conclusão de curso.

Tem-se, então, que a parte teórica das aulas, de acordo com o que foi por mim levantado nessa pesquisa, tratava-se de explicações sobre a técnica da atividade, suas regras, como aplicá-las. Discussões sociais, culturais e políticas não eram fatos comuns nas aulas de Educação Física, tanto da Escola quanto do CEFD-UFES.

Com as aulas tendo características tão formais e fechadas, a avaliação não poderia ser de outra forma. Constavam de provas teóricas, orais, escritas e práticas, nas quais o aluno construía programas de aula, respondia a arguições sobre conteúdos da disciplina e desempenhava exercícios e/ou atividades que, por vezes, ocorriam durante os Jogos e Festivais, nos quais o aluno participava como atleta e organizador, sendo avaliado pelos professores, novamente priorizando-se o aprimoramento e a perfeição técnica.

Pelo que pude perceber, as práticas de ensino eram, de uma certa forma padronizadas, com exceção do professor Mário Ribeiro Cantarino Filho e da professora Olga Albert que, de acordo com seus relatos já descritos nesse texto, procuravam, na medida do possível, efetuar uma formação em que o aluno tivesse ou desenvolvesse uma opinião própria. Certamente, tal postura não era bem vista por seus colegas docentes, pois fugia às regras de ensino que, ao que parece, apesar de cada profissional ter "autonomia" sobre sua disciplina, as práticas de ensino eram efetuadas pelos docentes de uma maneira padrão.

Identifico, nesse estudo, características semelhantes de preparação, aplicação e avaliação dos programas de ensino das disciplinas aqui estudadas.

A Educação Física, nesse período tinha uma linha militar⁹⁶, mas a Escola, mesmo possuindo em seu quadro profissionais que seguiam o que já estava posto e obedeciam a ordens e regras, possuía também docentes que procuravam efetuar uma formação diferenciada que incitava o aluno a pensar e ter opiniões próprias. Aqui, concordo com o professor Mário Ribeiro Cantarino Filho⁹⁷

É claro que o professor Aloyr não pôde agradar a gregos e troianos (...) tem pessoas que não sabem ver a discussão pelo lado acadêmico, eu acho que nós estamos dentro de uma escola, nós estamos discutindo um assunto ou administrativo ou didático, ou metodológico, você tem que discutir academicamente, não, não é isso que ocorre, a pessoa vira um inimigo do outro, lógico que cada um tem uma maneira de ver o outro, de ver a vida, então você... se você mandar eu fazer uma escola de Educação Física hoje eu faço de um modo, um modelo completamente diferente, totalmente diferente, eu acabaria com a idéia de disciplinas, eu faria por temas, os temas de estudos são estes, se é você que vai administrar, se é ela que vai administrar, os temas são esses, para estudar não tem disciplina, você tem temas para serem analisados (...) não essa idéia de segmentar o... porque tem disciplinas que se juntam, se unem...

O professor Aloyr Queiroz de Araújo foi um personagem interessante para essa pesquisa, pois, durante sua passagem pela Escola, organizou um arquivo, hoje arquivo morto do CEFD-UFES, como registro de sua trajetória profissional e que conseqüentemente serve como registro da História da Educação Física no Espírito Santo, uma vez que esse arquivo contém documentos, artigos de sua autoria publicados em jornais do Estado, congressos e simpósios. A organização desse material dá margem a interpretações que, se não cuidadas, tendem a transformá-lo em herói da Educação Física no Estado. Apesar disso, é um material riquíssimo que possui dados que podem servir de base para pesquisas na área da Educação Física.

É importante frisar que esse trabalho possui seus vácuos e não tem a pretensão de esgotar o assunto aqui abordado. Há muito ainda a ser pesquisado

⁹⁶ Esse trabalho não teve a pretensão de analisar as repercussões dos padrões estabelecidos pelo Governo Federal junto as escolas. Esse tipo de análise foi feito por alguns autores como Pinto, (2003); Oliveira, (2001) e Castellani Filho, (1994).

⁹⁷ CANTARINO FILHO, 2003

sobre a história do CEFD-UFES e de outras instituições de ensino superior. Esse estudo pretendeu chamar a atenção dos pesquisadores a respeito de um tema ainda pouco explorado em nossa área e que deverá ter continuidade em pesquisas futuras para preencher os vácuos existentes nessa pesquisa e na História da Educação Física e, particularmente, da História das instituições formadoras de Educação Física.

Para finalizar, explico que tentei, com esse estudo, contribuir para a pesquisa sobre História da Educação Física no Brasil e História das instituições de ensino e concordo com Tarcísio Mauro Vago (2002, p. 24) quando ele chama a atenção para o fato de que "poucos são os trabalhos que pesquisaram a história do ensino de Educação Física, vale dizer uma história narrada partindo das práticas escolares". E solicito aos estudiosos da Educação Física que atentem para essa carência de trabalhos na área, procurando orientar mais pesquisas com essa temática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Márcio M. **Beabá dos MEC-USAID**. Rio de Janeiro, Edições Gernasa, 1968.

ALVES, Maria H. M. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Trad. de Clóvis Marques. Petrópolis, RJ, Editora Vozes, 1984. p. 16-155.

ARAÚJO, Aloyr Queiroz de. **Material didático ginástica, desporto, recreação: técnicas e ensino com recursos áudio-visuais para estudantes de educação física**. Vitória: [sn], 1963.

BAIA HORTA José Silvério. **O hino, o sermão e a ordem do dia; regime autoritário e a educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

BARROS, Maria da Graça F. **Professor Aloyr Queiroz de Araújo**. 1997, 71 f. Monografia (Pós-Graduação Lato-Sensu em Pedagogia do Desporto) - Programa de Pós-Graduação em Educação Física do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1997.

BETTI, Mauro. **Educação Física e Sociedade**. São Paulo: Movimento 1991.

BORGO, Ivantir Antonio. **UFES: 40 anos de história**. Secretaria de Produção e Difusão Cultural, Vitória: UFES, 1995.

BOUTIER, Jean e Julia Dominique (Org.). **Passados Recompostos campos e canteiros da história**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGU, 1998. p. 21-64 e 155-162.

BRASIL. Portaria n. 49, de 15 de junho de 1961. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 15 de jul. 1961. p. 118.

_____. Lei, 4.024 de 20 de Dezembro de 1961. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 20 de set. 2002.

_____. Decreto-Lei nº 705, de 25 de Julho de 1969. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 28 de jul. 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 05 de mar. 2003.

CANTARINO FILHO, Mário Ribeiro. **História da Escola de Educação Física**. 2003. Entrevista concedida a Patricia Pereira de Souza, Brasília, DF, 30 de maio de 2003.

CARVALHO, Ivan de (org.) **Ensino superior: Legislação e Jurisprudência**. São Paulo: Ed, Revista dos Tribunais, 1975.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação Física no Brasil: a história que não se conta**. 4ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. **Revista Estudos Avançados**, USP-SP, 11 (5), p. 173-191. 1991.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO - CFE (Brasil). Indicação n. 04, aprovado em 07 de abril de 1969. Anteprojeto de normas para a formação da personalidade do universitário. Autor: Celso Kelly, Presidente: José Barreto Filho. **Documenta**, Rio de Janeiro, GB, abril, n.º 100, p. 185-187, 1969a.

_____. Parecer n.º 894/69, aprovado em 02 de Dezembro de 1969. **Documenta**, Rio de Janeiro, GB, abril, n.º 100, p. 153-157, 1969b.

_____. Resolução n.º 69, de 06 de Novembro de 1969. **Documenta**, Rio de Janeiro, GB, abril, n.º 109, p. 157-159, 1969c.

_____. Discurso proferido na aula inaugural da PUC-SP pelo presidente do CFE, Roberto Figueira Santos. **Documenta**. Brasília, DF, 03 v., n.º 148, p. 351-362, 1973.

CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL

DO ESPÍRITO SANTO (CEFD-UFES). Ata do Conselho Departamental do Centro de Educação Física e Desportos da UFES. Vitória, ES, 29.09.1971, p.104.

CUNHA, Luiz Antônio & Góes, Moacyr de. **O golpe na educação**. Brasil: os anos de Autoritarismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1985. 4ª edição.

_____. **Professor Universitário na transição de paradigmas**. Araraquara: JM Editora, 1998

CUNHA, M.^a Isabel da. **O bom professor e sua prática**. 12ª ed., Campinas, SP: Papirus, 2001.

CÚRCIO, Geny. **História da Escola de Educação Física**. 2003. Entrevista concedida a Patricia Pereira de Souza, Vitória, 30 de Junho de 2003.

DA COSTA, Lamartine Pereira. **Diagnóstico da Educação Física e do Desporto**. Brasília: IDEA. 1971.

DAYRELL, Juarez. **A Escola como Espaço Sócio-Cultural**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. p. 136-161. Múltiplos Olhares sobre a Educação e Cultura.

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA (DEF-MEC). Ofício nº 246 de 20 de março de 1960. Rio de Janeiro, 1960.

ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO ESPÍRITO SANTO (EEF-ES). Relatório apresentado pela Comissão Verificadora do MEC no processo de reconhecimento da EEF-ES, 09.07.1940. Rio de Janeiro, 1940.

_____. Regulamento da Escola de Educação Física do Espírito Santo, 20.08.1947. Vitória, 1947.

_____. Ata da Congregação da EEF-ES, 19.10.1960. Vitória, 1960, p. 32

ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIVERSIDADE DO ESPÍRITO SANTO

(EEF-UES). Ata da 6ª reunião da Congregação de 16.09.1961. Vitória, 1961, p. 28.

_____. Ata da reunião da Congregação de Professores da Escola de Educação Física em 19.10.1960. Vitória, 1960, p. 118.

_____. Ata da 7ª reunião da Congregação de 15.10.1961. Vitória, 1961, p. 36.

_____. Ofício nº 59/62. Trata sobre as providências a serem tomadas para regularizar o Corpo Docente da Escola de Educação Física da Universidade do Espírito Santo. Vitória, 1962.

_____. Ofício nº 762/62, de 21 de fevereiro de 1962. Proveniente da Comissão Verificadora do MEC trata sobre as deficiências encontradas na Escola de Educação Física da Universidade do Espírito Santo e sobre as providências sugeridas pela Escola para regularizar o seu Corpo Docente. Vitória, 1962.

_____. Ata da reunião da Congregação de 16.07.1962. Vitória, 1962, p. 05.

_____. Ata da reunião da Congregação de 28.08.1962. Vitória, 1962, p. 08.

_____. Ofício nº 152/63 de 01 de Junho de 1963. Explica sobre os trabalhos efetuados entre as Escolas e os alunos da Escola de Aplicação e a solicitação de verbas para esse trabalho junto a Campanha Nacional de Educação Física. Vitória, 1963.

_____. Portaria nº 07/64, de 03 de abril de 1964. Adota normas Regimentais referentes aos Cursos, aos Currículos, à seriação de matérias e à verificação de rendimento escolar. Vitória, 1964.

_____. Regimento da Escola de Educação Física da Universidade do Espírito Santo, Vitória, 1965.

_____. Ofício 501/65. Trata da transferência da Escola de Educação Física da

Universidade do Espírito Santo, para o bairro Bento Ferreira. Vitória, 1965.

ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (EEF-UFES). Ata do Conselho Departamental 06.09.1966 da Escola de Educação Física da UFES, Vitória, ES, 1966, p. 71.

Processo n.º 5.618/66, aprovado em 06 de junho de 1966.

Esclarecimentos sobre a aprovação do regimento próprio da Escola por sua Congregação, Vitória, 1966.

_____. Ata do Conselho Departamental 05.09.1967, da Escola de Educação Física da UFES, Vitória, ES, 1967, p. 51.

_____. Ata do Conselho Departamental de 21.02.1968, da Escola de Educação Física da UFES, Vitória, ES, 1968, p. 83.

_____. Ata do Conselho Departamental de 08.04.1968, da Escola de Educação Física da UFES, Vitória, ES, 1968, p. 138.

_____. Resolução Normativa n° 001/69 de 03 de março de 1969. Altera dispositivos do Regime da Escola de Educação Física, em face do Decreto n° 63.577, de 8 de novembro de 1968, que reestruturou a Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, 1969.

_____. Ata da primeira reunião extraordinária do conselho departamental de 12.03.1969, da Escola de Educação Física da UFES, Vitória, ES, 1969. p. 55.

_____. Ata do Conselho Departamental 2ª extraordinária de 20.03.1969, da Escola de Educação Física da UFES, Vitória, ES, 1969, p. 68.

_____. Ata do Conselho Departamental 3ª Extraordinária de 27 e 28.03.1969, Escola de Educação Física da UFES, Vitória, ES, 1969, p. 82.

_____. Ata do Conselho Departamental de 25.04.1969, da Escola de Educação Física da UFES, Vitória, ES, 1969, p. 106.

_____. Ata do Conselho Departamental 16.05.1969, da Escola de Educação Física da UFES, Vitória, ES, 1969, p. 126.

_____. Ata do Conselho Departamental 26.06.1970, da Escola de Educação Física da UFES, Vitória, ES, 1970, p. 41.

FARIA, FILHO, Luciano Mendes de. **A legislação escolar como fonte para a história da educação:** uma tentativa de interpretações. BH: Autêntica, 1998. p. 89-125. Educação, Modernidade e Civilização: fontes e perspectivas de análise para a história da educação oitocentista.

FÁVERO, Osmar. **A Educação no Congresso Constituinte de 1966-67:** Contrapontos. Campinas, SP: Autores Associados, 1996. p. 241-253: A Educação nas constituintes brasileiras 1823-1988.

FERNANDES, Florestan. **Educação e Sociedade no Brasil.** São Paulo: Dominus Editora, S.A., 1966. p. 209-213 e 253-262.

_____. **Universidade brasileira:** reforma ou revolução? São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

GARCIA, E. W. (coord.). **Inovação Educacional no Brasil:** problemas e perspectivas. 3. ed. Campinas, SP: autores associados. 1995. p. 231-244.

GONÇALVES, Horácio Cândido. A organização dos serviços administrativos de Educação Física, In: VII Congresso Nacional de Educação Física, 1935, Rio de Janeiro: **Anais do VII Congresso Nacional de Educação Física**, Associação Brasileira de Educação, p. 113-123

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Trad. Bernardo Leitão... [et. al.]. 4ª ed.

Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1996.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política**. SP: Papirus, 1986. P. 15-28

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergstrom. **A formação de professores**: da Escola Normal à Escola de Educação. Brasília: INEP, 2001. (coletânea de textos organizados por Ruy Lourenço Filho).

MASETTO, Marcos T. **Professor Universitário**: um profissional da educação na atividade docente. Campinas, SP: Papirus, 1998. p. 9-26. Docência na Universidade.

MEIHY, José Carlos S. Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

MELO, Victor Andrade de. **Escola Nacional de Educação Física e Desporto - Uma Possível História**, 1996, Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas.

NETTO, Carlyle. **História da Escola de Educação Física**. 2003. Entrevista concedida a Patricia Pereira de Souza, Vitória, 18 de Junho de 2003.

NÓVOA, Antonio (org.); Antônio Nóvoa... [et al.] - **Vida de Professores**. Trad. Maria dos Anjos Caseiro e Manuel Figueiredo Ferreira. 2ª Ed. Portugal: Porto, 2000.

OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. **A Revista Brasileira de Educação Física e Desportos (1968-1984) e a experiência cotidiana de professores da Rede Municipal de Ensino de Curitiba**: entre a adesão e a resistência. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação) - PUC, São Paulo, 2001.

PINTO, Joelcio Fernandes. **Representações de Educação Física e Esportes na ditadura militar**: uma leitura a partir da revista de história em quadrinhos Dedinho (1969-1974). Dissertação (Mestrado em Educação) – FaE/UFMG, Belo Horizonte, 2003.

PRINS, Gwyn. História Oral. In: BURKE, Peter. (Org.) **A escrita da história: novas perspectivas**. 2ª ed. São Paulo: UNESP, 1992. p, 163-198.

RAYMOND, Danielli e TRADIF. Maurice. Saberes, Tempo e Aprendizagem do Trabalho do Magistério **Educação & Sociedade: Revista Quadrimestral de Ciências da Educação/Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES)**, n. 73, Campinas, CEDES, 2000, p. 209-244.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

SANTANNA, Guilma Machado. **História da Escola de Educação Física**. 2002. Entrevista concedida a Patricia Pereira de Souza, Vitória, 10 de Maio de 2002.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. 5ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO ESPÍRITO SANTO. SEDU-ES. Ofício nº 1.208/60 de 28 de novembro de 1960. Trata da solicitação do Secretário de Educação e Cultura do Espírito Santo ao Ministro da Educação e Cultura, Sr. Dr. Clóvis Machado, para designar uma Comissão Verificadora para fins de autorização de funcionamento do Curso Superior de Educação Física. Vitória, 1960.

SILVA, Dirce Maria Corrêa da. **A história da Escola de Educação Física do Espírito Santo (1930-1945)**. 1991. Monografia (Pós-graduação Latu-sensu em Educação Física Escolar) - Programa de Pós-Graduação em Educação Física. Escolar da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Arapongas. 1991.

SOUZA, Patricia Pereira de. **Resgatando a memória viva do CEFD-UFES: A história contada pelos personagens formadores**. Monografia (Graduação). Graduação em Licenciatura em Educação Física, CEFD/UFES, Vitória, ES, 1997.

TEIXEIRA, Inês C. Os Professores, como Sujeitos Sócio-Culturais. In: DAYRELL, Juarez (org.). **Múltiplos Olhares sobre a Educação e Cultura..** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. p. 179-194.

THOMPSON, Paul. **A VOZ DO PASSADO:** história oral. Tradução de. Lólio Lourenço de Oliveira, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Of. 69/71 de 04 de Fevereiro de 1971. Ofício de reposta da Comissão de Planejamento do CEFD-UFES à requisição dos docentes. Vitória, 1971.

VAGO, Tarcísio Mauro. **Cultura escolar, cultivo de corpos:** educação phisica e gymnastica como práticas construtivas de corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte (1906 - 1920). SP: EDUSF, 2002.

VIÑAO FRAGO, Antonio. El espacio y el tiempo escolares como objeto histórico. **Contemporaneidade e Educação:** revista semestral de Ciências Sociais e Educação, Rio de Janeiro: IEC, ano V, nº 07, 1ºsem estre, 2000.